

Observatório das violências mortas e suicídios contra as Transmasculinidades

ANDERSON HERZER



EDIÇÃO 2022



Organizador: Cello Latini Pfeil

© Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT

Email: diretoriaibrat@gmail.com

Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT

Coordenação IBRAT 2020-2022

Dan Kaio Souza Lemos

Benjamin de Almeida Neves

Coordenação IBRAT 2023-2025

Fabian Algarte da Silva

Enzo Gaél Loureiro Gomes

Coordenação Observatório Anderson Herzer (2022)

Rudá Nunes Alves

Dan Kaio Souza Lemos

Coordenação Observatório Anderson Herzer (2023)

Rudá Nunes Alves

Cello Latini Pfeil

Coordenação do Núcleo de Pesquisa (2023)

Cello Latini Pfeil

Observatório Anderson Herzer das violências,
mortes e suicídios contra transmasculinidades
no Brasil [livro eletrônico] : relatório 2022 /
organização Cello Latini Pfeil ; coordenação
Dan Kaio Lemos, Rudá Nunes Alves. -- 1. ed. --
Fortaleza, CE : IBRAT, 2023.
PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-981173-0-6

1. Dados - Análise 2. Morte - Aspectos sociais
3. Notícias jornalísticas 4. Pessoas transgênero -
Brasil 5. Relatórios 6. Suicídio - Aspectos
sociológicos 7. Violência de gênero - Direito e
legislação - Espanha I. Pfeil, Cello Latini.
II. Lemos, Dan Kaio. III. Alves, Rudá Nunes.

23-170097

CDD-303.6082

ISBN: 978-65-981173-0-6



9 786598 117306

Composição da equipe do Observatório Anderson Herzer: das Violências, Mortes e Suicídios contra as Transmasculinidades

Ale Mujica Rodríguez - (Coordenador de relações internacionais - IBRAT) Pesquisador e tradutor do Observatório

Apolo Vincent Silva de Oliveira - (Coordenador da pasta de Educação IBRAT 2022) Pesquisador do Observatório

Bruno Latini Pfeil - (Coordenador da Revista Estudos Transviades) Pesquisador do Observatório. Revisão e redação do relatório

Caio Maliszewski Escouto - (Membro do IBRAT) Pesquisador do Observatório e redação do relatório

Cello Latini Pfeil - (Coordenador da Revista Estudos Transviades) Pesquisador do Observatório. Revisão e redação do relatório. Coordenação do Núcleo de Pesquisas (2023 -)

Enzo Gael Loureiro Gomes - (Coordenador de Comunicação IBRAT 2022) Pesquisador do Observatório. Diagramação e design do relatório

Fabian Algarte da Silva - (Secretário Nacional do IBRAT 2022) Pesquisador do Observatório

Kaleb Giulia R. Salgado - (Coordenador de políticas públicas para pessoas NB e suplente de comunicação IBRAT) Pesquisador do Observatório

Murillo Medeiros Carvalho - (Coordenador de Educação e Formação Continuada) Revisão

Rudá Nunes Alves - (Coordenador do Observatório; Coordenador Jurídico). Pesquisador do Observatório

**OBSERVATÓRIO
ANDERSON HERZER: DAS
VIOLÊNCIAS, MORTES E
SUICÍDIOS CONTRA AS
TRANSMASCULINIDADES**



Agradecimentos

Primeiramente, o IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - agradece, em forma de homenagem, a memória de todas as pessoas transmasculinas que foram violentadas, mortas e suicidadas. Que este documento torne-se um memorial.

Agradecemos, também, a todas as pessoas transmasculinas que contribuíram respondendo o mapeamento. Sem vocês esse trabalho não existiria.

Agradecemos à Comunidade de Lesbianas Inclusivas Dominicanas (COLESDOM) por nos fornecer condições financeiras, através do fundo doado, para realização deste trabalho e para criação do site e ouvidoria. Esperamos retribuir brevemente os resultados através de uma publicação.

Agradecemos à Red de Colectivos Latinoamericanos de Hombres Trans y Personas Disidentes del Género Femenino - REDCAHT - na pessoa de Alex Castillo, atual presidente, por estarmos juntos/os nesse processo de construção.

Agradecemos a Sâmia Vasconcelos, mulher cisgênera, contadora, que nos doou parte do seu trabalho de forma voluntária até o momento da chegada do financiamento.

Agradecemos a Bruno Latini Pfeil - Coordenador da Revista Estudos Transviades - e a Cello Latini Pfeil - Coordenador da Revista Estudos Transviades e Coordenador do Núcleo de Pesquisas do IBRAT (2023) - pelo apoio, carinho e ajuda na coleta dos dados e confecção dos mesmos.

Um agradecimento especial a estes pesquisadores que revisaram o relatório incansavelmente, tanto no tratamento de dados como na revisão das notícias de violência, e que conseguiram manter a pesquisa de pé, especialmente em momentos de maior dificuldade da equipe. Sem eles, essa pesquisa não existiria.

Agradecemos a todes/os membros/os do IBRAT que resistem todos os dias às violências, mortes e suicídios. A esta instituição que diariamente constrói políticas públicas das transmasculinidades.

Agradecemos aos queridos membros/os do IBRAT que estiveram na confecção desse material: Ale Mujica Rodríguez, Apolo Vincent Silva de Oliveira, Bruno Latini Pfeil, Caio Maliszewski Escouto, Cello Latini Pfeil, Enzo Gael Loureiro Gomes, Fabian Algarte da Silva e Kaleb Giulia R. Salgado.

Um agradecimento especial ao nosso querido Coordenador do Observatório Anderson Herzer: das Violências, Mortes e Suicídios contra as Transmasculinidades - Rudá Nunes Alves - pelo compromisso com esta instituição, com a política das transmasculinidades e a confecção deste material.

Agradecimento, também especial, ao querido Dan Kaio Souza Lemos, Coordenador Nacional do IBRAT até 2022.

Por fim, agradecemos Murillo Medeiros e Cello Latini Pfeil, que coordenaram a última revisão do relatório, o tratamento de dados e a organização das notícias mapeadas.

Somos nós por nós.

SUMÁRIO

- 8 Lista de Imagens
- 9 Lista de Gráficos
- 10 Introdução
- 16 Sobre alguns entraves das
transmasculinidades na academia
- 21 As lutas do movimento social
transmasculino no Brasil
- 35 Transmasculinidades e educação
- 40 Envelhecimento nas transmasculinidades
- 43 Metodologia e objetivos
- 45 Seção socioeconômica
- 48 Das violências
- 75 Conclusão

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Entregador trans é agredido e xingado à caminho do trabalho.

FONTE: Internet

IMAGEM 2 - Homem trans é espancado e obrigado a ficar nu em Campinas.

FONTE: Internet

IMAGEM 3 - Homem trans é agredido a golpes de facção pelo padrasto.

FONTE: Internet

IMAGEM 4 - Relato de Experiência, 2020. FONTE: Internet

IMAGEM 5 - Primeiro homem trans das Forças Armadas luta por reconhecimento, em 2022. FONTE: Internet

IMAGEM 6 - Mais dois assassinatos de pessoas trans no Recife. FONTE: Internet

IMAGEM 7 - Homem trans é morto com oito tiros na cabeça. FONTE: Internet

IMAGEM 8 - Homem trans é assassinado dentro de casa. FONTE: Internet

IMAGEM 9 - Corpo de mulher é encontrado carbonizado. FONTE: Internet

IMAGEM 10 - Pessoas trans relatam demora para cirurgia. FONTE: Internet

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Violências mapeadas nos meios de comunicação. Fonte: IBRAT

Gráfico 2 - Raça/cor/etnia de pessoas transmasculinas que responderam o formulário.

Fonte: IBRAT

Gráfico 3 - Faixa etária de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. Fonte: IBRAT

Gráfico 4 - Autodeterminação de gênero de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. Fonte: IBRAT

Gráfico 5 - Distribuição por estados de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. Fonte: IBRAT

Gráfico 6 - Zona habitacional de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. Fonte: IBRAT

Gráfico 7 - Percentual de pessoas transmasculinas com deficiência ou sem deficiência que responderam o formulário. FONTE: IBRAT

Gráfico 8 - Sobre racismo (comunidade ou origem) e/ou injúria racial (individual). FONTE: IBRAT

Gráfico 9 - Sobre nome social respeitado no sistema de saúde. FONTE: IBRAT

Gráfico 10 - Sobre procedimento/atendimento médico negado por ser uma pessoa trans. FONTE: IBRAT

Gráfico 11 - Sobre uso de nome social na escola e/ou universidade. FONTE: IBRAT

Gráfico 12 - Sobre uso dos banheiros em escolas/universidades. FONTE: IBRAT

Gráfico 13 - Sobre Boletim de Ocorrência Policial. FONTE: IBRAT

Gráfico 14 - Sobre abordagem policial. FONTE: IBRAT

Gráfico 15 - Sobre preconceito e discriminações religiosas. FONTE: IBRAT

Gráfico 16 - Violência contra sua Orientação Sexual. FONTE: IBRAT

Gráfico 17 - Ainda sobre Orientação Sexual. FONTE: IBRAT

Gráfico 18 - Sobre Relação Transcetrada. FONTE: IBRAT

Gráfico 19 - Sobre Violência Doméstica. FONTE: IBRAT

Gráfico 20 - Sobre Violência Familiar. FONTE: IBRAT

Gráfico 21 - Sobre ocupação. FONTE: IBRAT

Gráfico 22 - Sobre assédio moral e ou sexual no processo seletivo/entrevista para uma vaga de emprego. FONTE: IBRAT

Gráfico 23 - Sobre assédio moral e ou sexual no ambiente de trabalho. FONTE: IBRAT

Gráfico 24 - Sobre PCDs. FONTE: IBRAT

Gráfico 25 - Sobre pensar em suicídio. FONTE: IBRAT

Gráfico 26 - Sobre a pandemia. FONTE: IBRAT

INTRODUÇÃO - OBSERVATÓRIO ANDERSON HERZER: DAS VIOLÊNCIAS, MORTES E SUICÍDIOS CONTRA AS TRANSMASCULINIDADES

Desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, o Brasil aprofundou-se em um retrocesso democrático. A política bolsonarista de governo não comportava o diálogo e a participação social em espaços de decisão, característica de governos autoritários. Além disso, o discurso do governo bolsonarista foi antitrans e, nos últimos quatro anos, as políticas públicas de direitos humanos regrediram para um regime anticientífico e fundamentalista, declaradamente LGBTfóbico, racista, capacitista e misógino.

Ainda sob o governo bolsonarista, o país padeceu com a crise sanitária causada por uma epidemia de COVID19. Nesse contexto de crise sanitária e negligência governamental, questões como desigualdade social, econômica, racismo e violência de gênero se agravaram. No caso específico das pessoas LGBTIAP+, população que já tinha difícil acesso à saúde em decorrência das violências discriminatórias e da transfobia institucional, houve um recrudescimento da intolerância, da discriminação e do preconceito. Essas violências também foram perpetradas pelas instituições cisnormativas e pelo despreparo médico no acolhimento de corpos não brancos, não heterossexuais, não cisgêneros. [1]

Não houve ações institucionais em prol da população LGBTIAP+ na pandemia de COVID19, e a desigualdade social e as violências discriminatórias se intensificaram exponencialmente.

No caso da população transmasculina, uma das populações mais invisibilizadas e socialmente apagadas, inclusive dentro do próprio movimento social LGBTIAP+, em termos de políticas públicas, o mapeamento realizado na Universidade Estadual Paulista - UNESP (CEDEC, 2021), sobre a violência contra pessoas transmasculinas apontou que 28% dos homens trans entrevistados sofreram algum tipo de violência física, 76% viveu violências psicológicas e 60% deixou de frequentar algum lugar depois de se reconhecer pessoa trans. Os lugares mais transfóbicos são em primeiro lugar a igreja (40%), em segundo lugar a casa dos pais ou familiares (25%), e em terceiro lugar a escola (24%). Dados como estes reforçam a percepção de uma violação de direitos que é histórica, sistemática e institucional, para além de interpessoal.

Os sentidos reforçados pela percepção da transfobia como uma “fobia” ou somente como ofensa intersubjetiva podem deturpar a complexidade de como uma violência cisnormativa corretiva se manifesta durante toda a vida de pessoas transmasculinas, e inclusive como atuam após nossas mortes, com desrespeito público aos nossos nomes, nossos corpos, nossas memórias.

Segundo a ANTRA, no que se refere às mortes violentas de pessoas trans, em 2017, ocorreram 7 casos de suicídio e ao menos 179 assassinatos - destes, em apenas 18 dos casos os suspeitos foram presos, ou seja, em 10% do total de casos. Em 2018, houve ao menos 8 casos de suicídio e 163 assassinatos, e apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos, ou seja, não há punição, menos ainda reparação às vítimas.

Em 2019, houve ao menos 124 assassinatos, 15 suicídios e 11 casos tiveram os suspeitos identificados, o que representa 8% dos dados; apenas 7% estão presos. Em 2020, houve ao menos 175 casos de assassinato, 23 casos de suicídio e 16 casos de pessoas trans vitimadas pela COVID19. Em 2021, segundo dados da mesma organização, foram 140 casos de assassinatos, 12 casos de suicídios e 14 casos de pessoas trans vitimadas pela COVID19.

Somando as mortes mapeadas pela organização, de 2018 a 2021, foram 660 mortes violentas catalogadas, sendo 602 assassinatos e 58 suicídios. Acreditamos que esses números seriam maiores, caso houvesse respeito ao nome social e o cuidado de identificar as pessoas a partir de suas identidades de gênero e não, exclusivamente, pelo sexo/órgão genital. As motivações transfóbicas não aparecem nos documentos oficiais.

Chama atenção o aumento expressivo e crescente no número de suicídios. Comparando o ano de 2017 e o ano de 2020, houve um aumento de 328,57% no número de suicídios. Um estudo realizado no Ambulatório para pessoas Transgênero de Brasília, “Pensamento Suicida entre a População Transgênero: um estudo epidemiológico” (2020), mostrou que 79,8% dos homens transgêneros atendidos pela instituição já tiveram ideação suicida ou tentaram suicídio:

ESSES INDIVÍDUOS SOFREM COM PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO, SENTIMENTO DE INVISIBILIDADE E VIOLAÇÃO DE TODAS AS NATUREZAS PROMOVIDOS PELA SOCIEDADE NO MUNDO ATUAL. TAIS CONDIÇÕES DIFICULTAM AINDA MAIS O ACESSO DOS TRANSEXUAIS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS, ENTRE ELES EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIOS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA. ELES APRESENTAM AINDA COMO AGRAVANTES DE SUA SAÚDE RISCOS À INTEGRIDADE PSÍQUICA, FÍSICA E MORAL, CAUSANDO REDUÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA E PROMOVENDO DANOS À SAÚDE MENTAL E FÍSICA PRINCIPALMENTE, SENDO OS PROCESSOS DE SOFRIMENTO E SENSAÇÃO DE INFERIORIDADE OS PRINCIPAIS EXEMPLOS. NESSE CONTEXTO, PERCEBEM-SE IMPACTOS DA TRANSFOBIA NA SAÚDE MENTAL E NA PRIVAÇÃO DE DIREITOS DE PESSOAS TRANSEXUAIS (CORREIA; RODRIGUES; MENDONÇA; CRUZ, 2020, P. 02).

Praticamente não há dados governamentais sobre pessoas trans. Não sabemos exatamente quantas pessoas trans morreram de causas naturais, vítimas de violência doméstica e intrafamiliar, vítimas de homicídio transfóbico, do suicídio, tampouco da COVID19. Primeiro, porque há um desprezo sistemático por nossas vidas; segundo, porque não há garantia do respeito ao nome social ou identidade de gênero das pessoas trans em vida, seja no acesso aos banheiros públicos, nas declarações de nascidos vivos de filhos de pessoas transmasculinas, em registros médicos ou atestados de óbito. É importante, para nós, saber se as pessoas assassinadas ou suicidadas são pessoas transmasculinas.

Pfeil & Pfeil (2021, p. 57) pontuam a quase ausência de pessoas transmasculinas em posição de pesquisadoras, especialmente em pesquisas concernentes à nossa população. Essa ausência afeta a produção de conhecimento sobre nós, de modo que nossas identidades continuem relegadas ao esquecimento:

POR NOS VEREM COMO ALTERNATIVAS AO QUE NÃO SOMOS, OS ACESSOS QUE NECESSITAMOS SÃO MAIS DO QUE NEGADOS; NÃO SÃO PENSADOS. [...] É ASSIM QUE DEMARCAMOS O QUE AS TRANSMASCULINIDADES [...] POSSUEM EM COMUM: O ALMEJO PELA DEMARCAÇÃO DE UM LUGAR SOCIALE A DIFICULDADE DE SE ENCONTRAR FERRAMENTAS QUE A POSSIBILITEM

A pesquisa realizada na UNESP mostrou que apenas 32% das pessoas entrevistadas tinham alterado o nome e o gênero. Outra pequena parcela (4%) tinha modificado apenas o nome, contabilizando um total de 36% de pessoas que tinham seus documentos alterados. As pessoas trans que desejam realizar a retificação e ainda não conseguiram são: travestis (61%); mulheres trans (55%); homens trans (49%) e pessoas não binárias (45%). Diferente disto, a taxa de utilização do nome social nos cadastros alcança 83% entre as mulheres trans, 80% entre as travestis e 72% entre os homens trans. O que nos indica que ainda há muito entrave ao reconhecimento legal das identidades trans.

No país que mais mata pessoas trans no mundo, a subnotificação e a ausência de dados oficiais parecem fazer parte de uma ignorância estratégica e de um projeto de extermínio trans. A falta de acesso a direitos fundamentais, as dificuldades para o reconhecimento da identidade de gênero, a ignorância, o preconceito e a discriminação contra pessoas trans são a expressão de uma realidade estruturalmente transfóbica e necropolítica que mata. É uma verdadeira máquina de moer carne trans. E não há paz na morte, elas continuam contra nossos corpos e nossas memórias. É comum o vilipêndio da memória dos nossos corpos e o apagamento de nossas identidades e nomes sociais nos registros médicos, nos atestados de óbito e rituais fúnebres.

Estes fatos contrastam com o nosso direito à autodeterminação de nome e gênero que foi amplamente debatido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275(ADI4275) e com o direito a não discriminação previsto na ação que criminalizou a transfobia e foi amplamente discutida na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº26 (ADO26). De acordo com a ADI4275, é direito de toda pessoa transgênero, que assim o desejar, independentemente de cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.

Este direito possui reflexos sociais e jurídicos amplos que estão em disputa, com impacto: no uso dos banheiros de acordo com a identidade de gênero; na necessária atualização dos formulários e procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS); no acesso a atendimentos médicos de acordo com os aparelhos biológicos das pessoas e não de acordo com o gênero/sexo; nas declarações de nascido vivo de filhos de pessoas trans para constar parturiente ao invés de mãe, respeitando a dignidade de pessoas trans que gestam; no respeito ao uso do nome social após o óbito, tanto nos rituais de despedida, quanto na certidão de óbito, nas lápides e nos jazigos, entre outros.

Por meio do provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça, a retificação de nome e gênero se dará por solicitação administrativa e autodeclaração em cartório. Entretanto, na prática, a burocracia, a transfobia dos cartórios, as taxas cartorárias, e a insegurança jurídica dos reflexos da retificação - somada à falta de atualização das políticas públicas de estado para efetivação deste direito - são desincentivos à população trans proceder com as requalificações cíveis. As políticas públicas têm como parâmetro universal a concepção de humanidade dos corpos cisgêneros brancos, uma cisnormatividade que exclui sistematicamente as existências trans. Há um reconhecimento formal que não se transforma em prática.

A ADO 26/DF, ajuizada contra o Congresso Nacional em 2013, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), buscou obter a criminalização específica de ofensas, agressões, homicídios e toda forma de discriminação motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima.

Na decisão, proferida em junho de 2019, o STF enquadrou a homofobia e a transfobia, qualquer que seja a forma de sua manifestação, nos diversos tipos penais definidos na lei nº 7.716/89 (que pune crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor), até que lei específica seja editada pelo Parlamento.

As decisões dos Ministros do STF possuíram como base constitucional o direito à dignidade (art. 1º, III, da CRFB), o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem (art. 5º, X, da CRFB); e art. 5º, § 2º, da CRFB): o direito ao nome (artigo 18 do Pacto de São José da Costa Rica) ; o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica (artigo 3 do Pacto); o direito à liberdade pessoal (artigo 7.1 do Pacto); e o direito à honra e à dignidade (artigo 11.2 do Pacto).

Como reflexo dessa política de governo, temos uma centralidade de corpos e experiências cisgêneras em todos os domínios do poder. Essa (cis)centralidade do sexo/gênero marginaliza, quando não exclui, os direitos humanos e fundamentais da população transmasculina. De outro modo, a reação à desestabilização da ordem hegemônica do sexo/gênero se manifesta por meio de uma violência cispatriarcal transnecropolítica, que, inclusive após as nossas mortes, busca apagar nossas histórias, nossos vestígios, os rastros das nossas existências. Como escrevem Pfeil & Pfeil (2023, s.p.),

O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DELIBERA A TODOS OS CORPOS (CIS/TRANS) A POSSIBILIDADE DA AUTONOMIA SOBRE A ESCOLHA EM RETIFICAR NOME E GÊNERO E, COM ISSO, UMA VEZ MAIS EXPERIENCIAM A ADEQUAÇÃO À NORMA COMO ÚNICA FORMA DE INSERÇÃO CÍVEL E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Dito isso, apresentamos o Observatório Anderson Herzer: das Violências contra as Transmasculinidades com o objetivo de mapearmos, analisarmos e apresentarmos as diversas violências, nos diversos setores sociais e culturais, que a população transmasculina tem vivido no Brasil. Bem como, as mortes e suicídios vividos também pela população transmasculina. Importante salientar que, este mapeamento traz o recorte de raça/cor/etnia, corporalidades, sexualidades e territoriais.

Por muitos anos, a população transmasculina vive em cenário de muitas dores e sofrimentos, mas também de resistências. Ainda estamos na estatística do país que mais mata pessoas trans e este relatório é uma denúncia das perseguições, silenciamentos, apagamentos, mortes e suicídios extremamente elevados no Brasil em torno de nossa população. Acreditamos que este material tem poder de diálogo com as instituições públicas e privadas, com as organizações nacionais e internacionais, com portarias e leis e, principalmente, o diálogo efetivo de empoderamento e resistência da comunidade transmasculina brasileira.

O Observatório Anderson Herzer: das Violências, Mortes e Suicídios contra as Transmasculinidades tem como objetivo mitigar os efeitos da cisnormatividade na produção do conhecimento e suprir, mesmo com as poucas condições objetivas de funcionamento, a ausência de dados sobre as violações de direitos cometidas contra pessoas transmasculinas no Brasil para fomentar políticas públicas de promoção e proteção às vidas transmasculinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2017, 2018. Relatório online, disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

ANTRA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS); IBTE (INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018, 2019. Relatório online, disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

_____. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019, 2020. Relatório online, disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

_____. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020, 2021. Relatório online, disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

CORRÊA, Fábio Henrique Mendonça; RODRIGUES, Bráulio Brandão; MENDONÇA, Jussane Cabral; CRUZ Leonardo Rodrigues da. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. Rio de Janeiro: J. Bras. Psiquiatr. 69 (1) • Jan-Mar 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000256>

CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021.

PFEIL, Bruno Latini Pfeil; PFEIL, Cello Latini. REFLEXÕES SOBRE TRANSMASCULINIDADES E PRESERVAÇÃO DA VIDA: OS IMPACTOS DA DESLOCALIZAÇÃO. Revista Estudos Transviades, v. 2, n. 3, 2021.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. NOTAS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CISCINORMATIVIDADE. Notícias, Revista Docência e Cibercultura, Janeiro de 2023, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: <http://atualizacoes.emnuvens.com.br/index.php/re-doc/announcement/view/1576>. Acesso em: 03 agosto 2023.

[1] Pessoas cisgêneras são pessoas que se identificam com o sexo atribuído no seu nascimento.

SOBRE ALGUNS ENTRAVES DAS TRANSMASCULINIDADES NA ACADEMIA

Bruno Latini Pfeil

Mestrando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Pós-graduando em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política (FAUSP). Graduado em Psicologia (USU/RJ). Graduando em Antropologia (UFF). Coordenador da Revista Estudos Transviades. Membro do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT).

Cello Latini Pfeil

Doutorando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Coordenador da Revista Estudos Transviades. Pesquisador do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (UFRJ). Coordenador do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT).

A emergência de organizarmos relatórios e mapeamentos sobre transmasculinidades no Brasil deriva da invisibilização a que estamos sujeitos; da necessidade de compreendermos, quantitativamente e subjetivamente, as violências que nos atravessam, mas não somente: de que celebremos a pluralidade das narrativas e dos saberes produzidos dentre os nossos. Como tanto reforçamos, as transmasculinidades foram e são continuamente apagadas e esquecidas nas diversas esferas sociais, desde a midiática, quando somos ‘confundidos’ com mulheres cis lésbicas, por exemplo, até a acadêmica, quando não se pensam em transmasculinidades no campo dos estudos de gênero.

Um dos exemplos mais marcantes dessa invisibilização é o caso de Lourival Bezerra, alagoano falecido em 2018, aos 78 anos. No mesmo ano, o programa Fantástico, da TV Globo, noticiou, com bastante espetacularização, a morte de uma “mulher que se identificava como homem”, que haveria “fingido” ser um homem durante décadas de sua vida, e seu “verdadeiro sexo” somente teria sido descoberto durante biópsia no Instituto de Medicina e Odontologia Legal (Imol), em Campo Grande (MS). A equipe jornalística de uma das maiores emissoras de televisão do planeta não foi capaz de reconhecer a possibilidade de que Lourival fosse uma pessoa trans. O que isso nos indica sobre os lugares das transmasculinidades no imaginário social? O quadro do Fantástico e demais matérias que tratavam de Lourival desrespeitosamente foram denunciadas por inúmeras organizações de pessoas trans. Na produção midiática, as transmasculinidades lutam para existir e reivindicar suas necessidades, demandas e experiências. Na academia, isso não é diferente.

Como veremos nos relatos dispostos no relatório, pessoas transmasculinas passam por poucas e boas no que diz respeito ao acesso aos banheiros e ao respeito ao nome social em instituições universitárias. O nome social e o acesso ao banheiro são elementos centrais para a identificação de transfobias institucionais, considerando o nome como a representação primeira de si e o banheiro como fronteira de generificação. É possível, a partir destes analisadores, identificar violências institucionais contra pessoas trans e inconformes às normas de gênero. Se não há respeito ao nome, não há respeito pela identidade; se não há respeito ao banheiro utilizado pela pessoa, ou se não há banheiro próprio para a mesma, então não há respeito por sua identidade.

Como consta no mapeamento *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil (2021)*, o desrespeito ao nome social não ocorre somente dentro das universidades, mas em estágios anteriores de acesso, como no Exame Nacional do Ensino Médio, em que 44,5% de pessoas transmasculinas não conseguiram se inscrever e 29,2% se inscreveram com o nome social sendo desrespeitado, no ano de 2021. Além disso, dentro das universidades, 48,5% das pessoas em universidades afirmaram respeito ao nome social, porém em contraste com 37,1% de transmasculines que não estão estudando em virtude do desrespeito. Se não há respeito durante o caminho de acesso à universidade, como podemos afirmar que há respeito dentro dela?

Assim, embora a maioria das respostas do presente relatório seja afirmativa, alegando o respeito ao nome e o acesso ao banheiro, é importante compreender que a permanência em instituições de ensino ocorre mediante a possibilidade de existir plenamente em seus espaços. Entre ocupar e habitar, há um enorme abismo. Não é possível habitar locais que materialmente impedem nossa permanência, constroem nossa presença, e isso não é somente relativo a atravessamentos de gênero e sexualidade. Temos de considerar que a academia se pauta no que Grosfoguel (2012) nomeia de racismo/sexismo epistêmico, e no que De Moraes (2020) nomeia como historicídio – isto é, o apagamento de narrativas históricas que não reflitam a branquitude, a cisgeneridade, a heterossexualidade, a endonormatividade, a idolatria do Estado e de suas instituições, dentre tantas normativas. É importante reconhecer que a cishnorma se institucionaliza juntamente à branquitude e à heteronorma.

A evasão escolar de pessoas trans precisa ser compreendida como uma expulsão, tendo em vista que nossa permanência em instituições de ensino é permeada de violência institucional. Embora o referido mapeamento tenha contabilizado 86,6% de pessoas transmasculinas em universidades (INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS; REVISTA ESTUDOS TRANSVIADOS, 2021), é importante levar em conta os assujeitamentos aos quais estas estão submetidas.

Ocupar um lugar na academia não é sinônimo de respeito, mas de luta. Uma queixa bastante comum dentre transmasculines na academia é o apagamento de nossas existências até mesmo em núcleos de estudo sobre gênero e sexualidade. Comumente, quando a cisgeneridade acadêmica pensa em identidades trans – o que já é uma raridade –, somente se consideram narrativas de pessoas transfemininas por um viés estigmatizante; somente se consideram as narrativas que reforçam o que a cisonormatividade deseja que reflitamos. Isto, por si só, é um apagamento disfarçado de inclusão; é um apagamento que frequentemente anda de mãos dadas com racismo/sexismo epistêmico, com heteronormatividade e endonormatividade. É a expressão do historicídio comum à elaboração do saber patriarcal moderno.

Para além do (des)respeito aos nossos corpos, precisamos pensar em como a produção de conhecimento de pessoas transmasculinas é recebida pela academia. A presença de corpos considerados desviantes em espaços de produção de conhecimento sofre ojeriza por aqueles que nos consideram incapazes de produzir saber. Essa ojeriza é acompanhada de uma negação do conceito de cisgeneridade – como ocorre quando mulheres cis, em sua maioria brancas e heterossexuais, se afirmam como ‘mulheres biológicas’ ou ‘fêmeas anatômicas’, ao se depararem com pessoas transmasculinas.

Não devemos pensar que, em virtude da maioria dos núcleos de estudos de gênero alegar respeito, as instituições acadêmicas são contrárias à transfobia institucional. Devemos compreender que, das pessoas trans que ainda ocupam o ambiente acadêmico, há relatos significativos de desrespeito e violência. E devemos expor aqui nosso profundo respeito e admiração àqueles que desbravaram este meio, possibilitando que nós o ocupemos, desde João W. Nery a Guilherme Almeida, Leonardo Peçanha e tantos outros. Em relação às transmasculinidades, esse cenário é bastante particular, especialmente em virtude de invisibilização – e essa invisibilização pode receber o nome de epistemicídio (SANTOS, 1999), ou seja, em nosso contexto, do irreconhecimento de identidades consideradas ilegítimas. Não somente nossos corpos são impossibilitados de serem reconhecidos e de transitarem pelos corredores, como nossos saberes são considerados insuficientes.

A questão que destacamos nesses meios institucionalizados de produção de conhecimento é que, ainda que [raramente] haja espaços pensados para teorizar sobre transexualidade, esses espaços apresentam os seguintes entraves: suas pesquisas concebem pessoas trans como objeto de estudo, e não como sujeitos de pesquisa, de modo que nossas narrativas somente sirvam como um material amorfo para legitimar as pesquisas de acadêmicos cisgêneros; tais espaços não consideram corporalidades transmasculinas como possíveis, e direcionam seu olhar às transfeminilidade de modo bastante estigmatizante; quando, em ocasiões raras, espaços de pesquisa em gênero e

sexualidade reconhecem existências transmasculinas, o que ocorre, em nossa experiência, é o silenciamento de nossas narrativas, sob argumento de que não podemos ser objeto de nossas próprias pesquisas.

Em geral, a exclusão de transmasculinos no meio acadêmico pode ocorrer de inúmeras maneiras; o que nos importa é que essa exclusão é recorrente, por vezes materialmente explícita, por vezes verbalmente sutil. Independentemente de como ocorre, tal exclusão contribui para nossa evasão forçada, para que nos seja insuportável continuar ocupando esse espaço, e isso evidentemente se agrava de acordo com os atravessamentos raciais e sociais de cada indivíduo.

Embora nosso intuito aqui seja mostrar como as transmasculinidades são recebidas – ou não – no meio acadêmico, importa-nos ressaltar que, a despeito de todos os obstáculos, continuamos nos movimentando para não apenas ocupar, como habitar a academia, para produzir conhecimento, para exercer neste espaço as nossas potencialidades. O presente relatório é um belo exemplo disso, tal como o mapeamento citado anteriormente, a existência tão fundamental do IBRAT, da Revista Estudos Transviades, dos inúmeros colaboradores que nos acompanham e contribuem para a jornada das transmasculinidades no mundo acadêmico e fora dele. Para além das violências que nos acometem, precisamos reconhecer nossas potências.

Tal reconhecimento, na academia, é desmerecido e rejeitado, e é importante ressaltar que este desmerecimento se faz presente em espaços diversos, até mesmo naqueles que se propõem emancipatórios – seja em coletivos feministas que tratam de uma ‘essência feminina’ genitalista; seja em núcleos de pesquisa que nos tratam como objeto de estudo; seja em disciplinas sobre gênero e sexualidade que somente tratam de vivências atreladas ao ‘ser mulher’; seja em pesquisas que se recusam a reconhecer o conceito de cisgeneridade. É bastante comum, aliás, que acadêmicos cisgêneros, geralmente brancos e heterossexuais, deslegitimem o conceito de cisgeneridade e se proclamem como ‘mulheres/homens biológicos’. Nomeamos este fenômeno de “ofensa da nomeação” (PFEIL & PFEIL, 2022), pois os cis acadêmicos reagem à demarcação de sua própria cisgeneridade tal como reagiriam a uma ofensa.

Diante desse cenário, devemos celebrar espaços de produção de pesquisas que partam das transmasculinidades, que não nos silenciem, que não deslegitimem nossa masculinidade, e que não nos imponham uma cismasculinidade patriarcal. O historicídio que acomete as transmasculinidades deve ser combatido por meio desta celebração e da recuperação de nossa ancestralidade. Temos história. Somos agentes de nossas narrativas, somos capazes de produzir nosso saber.

É pela defesa da autodeterminação que caminham as iniciativas de realizar mapeamentos sobre nossa população – em oposição às universidades academicistas, cartesianas e hierárquicas que nos exotificam. Sendo assim, convidamos todes a analisarem os dados deste relatório, adquirindo uma perspectiva crítica com relação aos objetivos do Observatório e às diversas demandas de nossa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE MORAES, Wallace. Historicídio e as Necrofilias Colonialistas Outrocidas – uma crítica decolonial e libertária. Observatório do Trabalho na América Latina, 2020. Disponível em: <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidio-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial. Revista Contemporânea, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviados. A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas. Orgs: Bruno Pfeil e Kaio Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. A ofensa da nomeação. Salvador: Editora Devires, 2022.

SANTOS. Boaventura de Souza. Pela Mão e de Alice: O Social e O Político na Pós-Modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

AS LUTAS DO MOVIMENTO SOCIAL TRANSMASCULINO NO BRASIL

Leonardo Farias Pessoa Tenório

Recifense de 33 anos, transmasculino, pesquisador independente, trabalhador sexual e defensor de direitos humanos.

De início, é importante salientar que os movimentos sociais estão intimamente ligados à situação social e ao posicionamento social dos grupos populacionais que os representam. E em certo nível, também às vidas dos próprios ativistas ou militantes que compõem os movimentos sociais.

Movimento social é de fato o que o nome diz: a mobilização de pessoas pertencentes a grupos / coletividades para realização de ações em conjunto com estratégias múltiplas para mobilizar outros grupos populacionais. Pode ser em parceria com outras coletividades de movimento social, pode ser em parceria com setores dos governos do Poder Executivo (lembrando que Ministérios Públicos e Defensorias Públicas são órgãos administrativamente autônomos do Poder Executivo), mandatos do Poder Legislativo, Poder Judiciário, setores da mídia (internet, tevê, rádio, produção audiovisual), com a academia (nas ciências e universidades), dentro das múltiplas artes e até com empresas.

Os objetivos dos movimentos sociais de direitos humanos são sempre garantir os direitos sociais como saúde, educação, segurança, trabalho, cultura, lazer, assistência social, marcos regulatórios como leis, decretos, resoluções e etc. que visem a proteção, a dignidade humana e o pleno bem-estar social daquela população em questão.

Os movimentos sociais de direitos humanos hoje em dia em nosso país estão todos interligados, pois nós, seres humanos, temos vários marcadores sociais interseccionais. Sendo assim, o movimento LGBTQIAPNB+ em suas várias letrinhas atua em conjunto, e se relacionam com os movimentos negro, indígena, feminista, antiproibicionista, anti-pedofilia, antimanicomial, abolicionista penal, de redução de danos, sem-terra, trabalhadores sem teto, movimento da população de rua, pessoas com deficiência (PCD), movimentos religiosos, de proteção de pessoas internas no sistema prisional, movimento estudantil, sindicatos, conselhos de profissões, e luta dos trabalhadores no geral.

Movimentos sociais e política também se inter-relacionam. O movimento político-partidário em suas várias correntes ideológicas defendem causas de direitos humanos: socialistas, comunistas, e até alguns liberais. Em geral, sempre os progressistas se envolvem nas causas dos movimentos de direitos humanos, e os conservadores e liberais não defendem a maior parte das nossas pautas. Sobre esquerda e direita, a maior parte dos movimentos de direitos humanos são defendidas pela esquerda, centro-esquerda e centro na política, mas há um ou outro político de direita que defende alguns direitos humanos. É importante destacar que a direita e os liberais atendem aos interesses das elites e empresas (que em geral são privilegiadas e têm seus direitos já assegurados, inclusive com base na opressão de outros grupos sociais), e não do povo. Nos últimos anos, mais e mais ativistas dos movimentos sociais de diversas causas têm se candidatado na política e conseguido cargos, tanto no Poder Legislativo quanto no Poder Executivo.

A tarefa do ativista / militante de movimento social, *ipsis litteris*, é basicamente política: estar se relacionando e articulando com diversos setores da sociedade, do poder público ao privado e a sociedade civil; politizar e mobilizar o próprio segmento populacional; reunir-se com os ativistas para realizar ações em conjunto; estar presente em espaços de construção de políticas; lutar pela execução de políticas públicas, jurisprudências, legislações e/ou marcos regulatórios; acolher casos de pessoas vítimas de violência e abandono e encaminhar aos órgãos responsáveis; representar suas entidades em fóruns e conselhos de políticas públicas; participar de seminários, congressos, encontros, simpósios, conferências de políticas públicas e rodas de diálogos; organizar eventos e encontros; dar palestras, aulas e fazer oficinas; dar entrevistas, formar opiniões e problematizar questões sociais nos encontros presenciais, nas mídias e nas redes sociais.

No contexto social brasileiro, o movimento transmasculino emergiu na década de 2010 num processo social imbricado à história do próprio segmento populacional e do segmento social e movimento LGBTQIAPNB+. Conforme citam Palhano & Tenório (2022):

“EM CONCORDÂNCIA QUASE TOTAL COM SIMONE ÁVILA (2014), RAFAELA FREITAS (2014) E BENJAMIN NEVES (2015), PODEMOS AFIRMAR QUE O PROCESSO DE EMERGÊNCIA DE NOSSO SEGMENTO POPULACIONAL NO BRASIL DEU-SE POR VÁRIOS FATORES E DE FORMA MULTICÊNTRICA:

- A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE TRINTA ANOS DE MOVIMENTO LGBT NO BRASIL E A CRIAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBT NAS TRÊS ESFERAS DE PODER EM GRANDE PARTE NOS GOVERNOS DE PARTIDOS POLÍTICOS QUE SE DENOMINAVAM DE ESQUERDA;
- A LIBERAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE CIRURGIAS EM TRANSEXUAIS PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 1.632/1997. E A POSTERIOR LIBERAÇÃO DAS CIRURGIAS DE MASTECTOMIA E HISTERECTOMIA EM HOMENS TRANSEXUAIS DO CARÁTER EXPERIMENTAL ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 1955/2010 DO CFM;

- A CRIAÇÃO DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR EM 2008, FAZENDO COM QUE AS EQUIPES CREDENCIADAS VIABILIZASSEM UM ESPAÇO DE CONVERGÊNCIA SOCIAL DE HOMENS TRANS UNS COM OS OUTROS E COM AS MULHERES TRANS E TRAVESTIS;
- A PUBLICAÇÃO E VISIBILIDADE MIDIÁTICA DA AUTOBIOGRAFIA DE JOÃO W. NERY, O LIVRO “VIAGEM SOLITÁRIA: MEMÓRIAS DE UM TRANSEXUAL TRINTA ANOS DEPOIS”;
- A PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS (JORNAIS IMPRESSOS, REVISTAS, SITES DE NOTÍCIAS) E NO AUDIOVISUAL (JORNALISMO TELEVISIVO, SÉRIES, FILMES E DOCUMENTÁRIOS) QUE FORAM DANDO VISIBILIDADE CADA VEZ MAIS À NOSSA POPULAÇÃO;
- A POPULARIZAÇÃO DA INTERNET QUE OCORREU NO FINAL DA DÉCADA 2000 E INÍCIO DA DÉCADA 2010 SERVIU COMO PONTE PARA CONTATAR OS HOMENS TRANS DE TODO O PAÍS, PROPORCIONANDO A ORGANIZAÇÃO DE SITES, BLOGS, FÓRUNS, VIDEOLOGS, PÁGINAS, GRUPOS E COMUNIDADES DE HOMENS TRANS.”

Os ativistas e militantes homens trans e transmasculinos também estiveram e estão produzindo ciência e sendo pesquisados academicamente por cisgêneros aliados. O primeiro artigo sobre transmasculinos foi o do homem trans professor doutor Guilherme Almeida, “Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?” (2012). A primeira dissertação sobre transmasculinidades no Brasil foi “Homens com T maiúsculo. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet” (2014) de Rafaela Vasconcelos (cis aliade). E a primeira tese de doutorado sobre transhomens no Brasil foi “FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo” (2014) da cis aliade Simone Ávila.

Daí em diante a produção acadêmica com foco nas transmasculinidades só fez crescer em nosso país, em especial sendo produzida pelos próprios homens trans e transmasculinos acadêmicos. Vários trans estão publicando e publicaram trabalhos acadêmicos sobre transmasculinidades: temos TCCs, artigos, teses, dissertações, pesquisas, e atualmente temos um periódico brasileiro chamado Revista Estudos Transviades organizado e idealizado por transmasculinos (o editor-chefe é Cello Pfeil) para exclusivamente transmasculinos publicarem em todas as suas edições escritos acadêmicos, escritórias, poesias e artes visuais, e assim desempenha um grande papel para a expressividade da nossa existência. Num futuro breve, teremos a defesa e publicação de várias teses de doutorado de transmasculinos em nosso país, que estão em curso.

Parte da história do movimento social transmasculino está contada no dossiê “A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas” do Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos em parceria com a Revista Estudos Transviades e Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, no texto de Palhano & Tenório “Transmasculinidades no Brasil: memórias de um movimento da invisibilidade à luta” (2021). Foi um texto escrito a partir de vivências, não a partir de ampla pesquisa, portanto há informações a serem registradas do movimento transmasculino do que não estão no artigo de Palhano & Tenório, mas o artigo deixa a

desejar em termos de informação. Outra referência bibliográfica importante para entender o momento de assunção social dos homens trans na sociedade brasileira, os primeiros direitos conquistados, a cronologia dos eventos e a construção incipiente de um movimento transmasculino é contado pelo professor doutor Guilherme Almeida no texto "Emergência pública de transmasculinidades na cena brasileira em princípios dos anos 2000" (2019) publicado nos Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes sociais.

Em 2008, o primeiro ativista homem trans conhecido do país foi o pioneiro Alexandre Peixe, de São Paulo, foi presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOLGBT) de São Paulo, a instituição que promove anualmente a parada do orgulho LGBTQIANB+, isto antes de haver qualquer movimento organizado transmasculino no país. Um parceiro de luta do Alexandre Peixe foi o homem trans Régis Vascon, também de São Paulo. De modo isolado, Raicarlos Coelho no Pará fazia seu ativismo sem apoio do movimento LGBT; do mesmo jeito, de forma isolada, Sillvyo Lucio Nóbrega no interior do Ceará também fazia seu ativismo sem apoio do movimento LGBT. Nóbrega foi o primeiro homem trans gestor de política pública no Brasil. Andreas Boschetti fazia um trabalho para inserção no mercado de trabalho formal para empregabilidade de homens trans na região metropolitana de São Paulo. Leonardo Tenório e Luck Palhano se inseriam no movimento LGBT de Pernambuco em Recife. Em 2010, o prof. Dr. Guilherme Almeida, do Rio de Janeiro:

... DURANTE O 34º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS) REALIZADO EM CAXAMBU (MG), GUILHERME ALMEIDA PROFERIU UMA FALA HISTÓRICA NA QUAL APRESENTOU PUBLICAMENTE, EM UM EVENTO ACADÊMICO DE RELEVÂNCIA, UMA AUTOETNOGRAFIA SINTETIZADA NO TEXTO 'HOMEM TRANSEXUAL: FRAGMENTOS ETNOGRÁFICOS DA CONSTITUIÇÃO DE UMA (NOVA?) IDENTIDADE SOCIAL' (ALMEIDA & CARVALHO, 2019, S.P.)

A situação social dos homens trans no início dos anos 2000 e 2010 era de completa vulnerabilidade social e praticamente total ausência de políticas públicas. Inclusive no particular era difícil conseguir acesso ao atendimento à saúde. Retificar o nome na justiça era também muito difícil. Éramos completamente invisíveis na sociedade. Nossa existência não era reconhecida pela sociedade brasileira. Inclusive dentro do próprio movimento de mulheres trans e travestis e do movimento LGBT.

Por outro lado, era muito comum entre nossa população que os homens transexuais não quisessem serem reconhecidos enquanto trans, pois não tinham orgulho de serem trans, tinham vergonha de si e queriam ser reconhecidos na sociedade enquanto homens cisgêneros. Muitos passavam por um processo chamado de stealth, que é quando a pessoa trans realiza sua transição de gênero alcançando a passabilidade[1], retifica seus documentos para o nome com o qual se identifica e muda de cidade e círculo social mantendo segredo da sua identidade trans, vivendo uma vida na socieda-

-de como uma pessoa cisgênera. Isto acontecia muito naqueles anos finais do século XX e início dos anos 2010.

Havia um discurso de patologização hegemônico na sociedade que entendia as identidades trans como um transtorno mental. A despatologização da transexualidade foi um processo internacional que durou anos. Houve uma enorme campanha do movimento trans a nível mundial, a Stop Trans Pathologization, que também foi desenvolvida aqui no Brasil por muitos ativistas trans, pesquisadores acadêmicos, profissionais da saúde que trabalhavam atendendo pessoas trans e conselhos de classe destas profissões.

Esta campanha influenciou o curso da nossa história, quando o Código Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), - depois de muitos debates em vários países e continentes, inclusive aqui no Brasil[2] - teve uma nova versão publicada, o CID-11. O CID-10 trazia na sessão de transtornos mentais o diagnóstico de “transexualismo”, para se referir à transexualidade. O CID-11 retirou a categoria “transexualismo” e agora traz a categoria “Incongruência de gênero” na sessão de condições relacionadas à saúde sexual[3].

No final da década de 2000 e início de 2010, os homens trans tinham contato uns com os outros através apenas da internet. Era difícil conhecer outro homem trans ao vivo. Tínhamos grupos de e-mail, grupos no Orkut, grupos no Facebook, sites e blogs. Com o tempo começaram os videologs no YouTube no Brasil. Os videologs sempre foram muito comuns no exterior, com uma produção de vídeos muito mais volumosa do que a do Brasil.

Em 2011, houve o lançamento do livro autobiográfico de João W. Nery (pseudônimo), psicólogo carioca e sexagenário que passou 30 anos no anonimato da sua identidade trans com os documentos clandestinos e teve que perder sua qualificação profissional para viver clandestinamente. Com o lançamento do seu livro, o João alcançou uma grande visibilidade midiática e rodou o Brasil uma quantidade de vezes tão grande que supera a quantidade de viagens dos próprios ativistas do movimento social. João ia a várias cidades para fazer o lançamento do livro dele, mas sempre conversava com os homens trans do local em questão, fazia uma escuta e dava conselhos se colocando como amigo.

Além de escritor e grande amigo de todos os homens trans que cruzavam seu caminho, o carismático João W. Nery se tornou um dos maiores ativistas transmasculinos do país, mesmo sem ter a intenção de se reunir em coletivos e associações. O João se configurou como nosso grande ancião. Mario Carvalho em sua tese de doutorado fala bastante sobre a trajetória política do João no Brasil (CARVALHO, 2015, pp. 141-163) e Guilherme Almeida também fala em sua homenagem (2018).

O processo social ocorrido no Rio de Janeiro, que vive nos últimos anos em permanente crise política e social, foi sui generis no movimento transmasculino no Brasil, pois tinha o João W. Nery, o prof. Dr. Guilherme Almeida, o Benjamin Neves, Leonardo Peçanha, e o Jordhan Lessa, grandes potências no ativismo transmasculino.

O João, por outro lado, também desenvolveu uma escrita acadêmica e falou bastante através de um olhar etnográfico das relações sociais do segmento transmasculino na internet. (NERY & MARANHÃO FILHO, s.d.), apesar que não apenas disto. Infelizmente, o João faleceu em 2018, vítima de câncer de pulmão após sua metástase. Antes de morrer ele recebeu o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e o ambulatório trans de Niterói (RJ) recebeu seu nome em homenagem.

Porém, por mais que tenha sido de grande importância o pioneirismo e grande visibilidade de João W. Nery para o segmento transmasculino, é importante saber que o João não foi o homem trans mais antigo do Brasil, nem o primeiro a realizar a transição de gênero. Palhano & Tenório (2022) narram registros históricos em vários locais do país de pessoas que vivenciaram experiências de vida muito semelhantes às quais entendemos hoje em dia associadas às transmasculinidades desde o início do século XX ao início do século XXI.

Em 2011, houve o lançamento do livro autobiográfico de João W. Nery (pseudônimo), psicólogo carioca e sexagenário que passou 30 anos no anonimato da sua identidade trans com os documentos clandestinos e teve que perder sua qualificação profissional para viver clandestinamente. Com o lançamento do seu livro, o João alcançou uma grande visibilidade midiática e rodou o Brasil uma quantidade de vezes tão grande que supera a quantidade de viagens dos próprios ativistas do movimento social. João ia a várias cidades para fazer o lançamento do livro dele, mas sempre conversava com os homens trans do local em questão, fazia uma escuta e dava conselhos se colocando como amigo.

Em 2011, também, mas em Recife, no XVIII Entlaids (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais na Luta contra a Aids) houve um espaço na programação em que Leonardo Tenório, de Recife, e Régis Vascon, de São Paulo, apresentaram detalhes de nossa construção identitária transmasculina e nossas demandas sociais numa oficina com uma grande audiência de ativistas mulheres trans e travestis. Já havia aparecido homens trans antes nos Entlaids anteriores, mas não como um espaço reservado na programação. Foi a primeira vez que o movimento de travestis e mulheres trans se debruçaram sobre o tema da transmasculinidades.

Houve homens trans presentes na I Conferência Nacional LGBT em 2008 no Governo Lula, porém os quais são desconhecidos por mim. E também homens trans estiveram

presentes na II Conferência Nacional LGBT em 2011 em Brasília no Governo Dilma. Este foi um momento de virada no movimento transmasculino.

A partir de um grupo de homens trans presentes em 2011 nesta II Conferência Nacional, essa reunião fez com que houvesse a formação da primeira associação transmasculina do país, a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), em 2012 em São Paulo, na qual Leonardo Tenório, foi o primeiro eúnico presidente. A intenção da ABHT era lutar por direitos representando o segmento populacional numa instituição que tivesse um mínimo de legitimidade política. E foi assim que aconteceu por aproximadamente um ano, até que os próprios ativistas da ABHT deixassem de ter engajamento na própria associação.

Mas a ABHT lutou pela despatologização das identidades trans junto a diversos núcleos de pesquisa em universidades e junto ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) e à própria OMS; por um Processo Transexualizador no SUS (nossa política pública de saúde federal) mais acessível aos homens trans junto a pesquisadores, o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde e outras entidades do movimento trans; pela atualização da resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que fosse não patologizante e que desse mais acesso à saúde aos transmasculinos; pelo Projeto de Lei de Identidade de Gênero que recebeu o nome Projeto de Lei João W. Nery (PLC nº 5.002/2013) de autoria de Jean Wyllys (Psol-RJ) e Erika Kokay (PT-DF); por pesquisas acadêmicas, em contato com diversos pesquisadores acadêmicos (como vários já citados aqui, mas há bem mais) e a pesquisa “Transexualidades e saúde no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans” realizada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e financiada pelo CNPq. A ABHT organizou o I Encontro Nordeste do Homens Trans em 2012 em João Pessoa, Paraíba, organizada principalmente pelos trans militantes da ABHT de Recife e João Pessoa, em que estiveram presentes cerca de 18 transmasculinos.

Em 2013 ativistas dissidentes da ABHT e outros ativistas que ficaram de fora da formação da ABHT, se reuniram e fundaram o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), com a mesma intenção de representar o segmento, possuir uma militância em coordenações por todo o Brasil, fazer pesquisas e buscar a garantia de direitos sociais e humanos para nossa população. De início, o IBRAT ficou sendo um núcleo transmasculino dentro da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Hoje em dia o Ibrat é independente e é a maior instituição transmasculina do país, com 11 anos de existência e possui CNPJ. Seu primeiro presidente foi Luck Palhano, em seguida Lam Matos, depois Dan Kaio Lemos, e agora Fabian Algarte. Os ativistas do IBRAT estão se inserindo localmente com várias coordenações estaduais e municipais e nacionalmente na luta pelos nossos direitos humanos e sociais junto com parceiros possíveis a partir de como se configura cada contexto social.

Durante a presidência de Luck Palhano várias coordenações locais foram fortalecidas, criou-se um sentimento de coletividade e pertencimento a um grupo e o IBRAT organizou o I Encontro Nacional de Homens Trans (I ENAHT) com a presença de mais de 100 homens trans de todas as partes do Brasil em São Paulo em 2015. Foi até hoje o maior encontro de homens trans e transmasculinos do país. Neste evento ficou combinado que o termo “homem trans” seria um termo guarda-chuva no movimento, mas que haviam vários trans que não se identificavam enquanto “homens” e preferiam ser referidos por “transmasculinos”, “transmasculines” ou “pessoa transmasculina”.

Hoje em dia, na prática formalmente procuramos falar mais de transmasculinidades e no dia-a-dia “transmasculinos” tornou-se um termo guarda-chuva mais utilizado do que “homens trans”. Dia 20 de fevereiro tornou-se o Dia Nacional de Luta e Resistência de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas no Brasil, em função da data de realização do I ENAHT.

Quando Luck Palhano saiu da presidência do Ibrat em 2016, quem ficou foi Lam Matos, que era o vice. Desse modo, na presidência de Matos, houve participações na I Conferências Conjuntas de Direitos Humanos, no Distrito Federal (interseccionais em que mais de 40 transmasculinos, homens trans e não-binários, sendo eles também negros, indígenas, com deficiência e de diversas faixas etárias). E saiu como uma demanda das Conferências a assinatura de um decreto de nome social pela então presidenta Dilma Housseff, que apenas foi assinado após uma reunião com representantes do movimento trans com a Presidenta no Palácio do Planalto em que a única representatividade masculina foi o IBRAT. O IBRAT também participou dos diversos debates que aconteceram para que finalmente o STF tornasse em processo administrativo e não judiciário a retificação do nome e gênero para pessoas trans, facilitando assim o acesso a esse processo, menos custoso financeiramente e muito mais rápido.

O IBRAT também orientou e acompanhou de perto a criação da personagem Ivan/Ivana na novela de Glória Peres, “A Força do Desejo”, o que gerou um grande debate e repercussão nacional sobre transmasculinidades. Disto decorreu na série documental apresentada pelo Fantástico “Quem Sou Eu?”, que contava várias histórias de pessoas trans, incluindo um casal trans-centrado em que o homem trans havia gestado seu próprio filho. Houve participação do IBRAT também na construção do livro “Corpo: Artigo Indefinido”, que conta com ensaios fotográficos dos participantes e textos dos mesmos, produzidos durante uma série de debates e bate-papos com várias pessoas representantes dos setores da Globo. Lam Matos ainda esteve no programa televisivo “Encontro com Fátima Bernardes” também na Globo em rede nacional para falar sobre as transmasculinidades.

Em 2018, oito homens trans do IBRAT e a Rede Trans Brasil construíram juntos ao Ministério da Saúde, com o Departamento de IST, a primeira cartilha de prevenção combinada para transmasculinos. O IBRAT fez parte da segunda edição do documentário do Ministério da Saúde em alusão ao dia da visibilidade trans de 29 de Janeiro, “WebDoc Pop Trans” 1ª e 2ª temporada, juntamente com a série de debates no dia do lançamento em Brasília. E houve participação do IBRAT na organização da Marcha do Orgulho Trans no primeiro ano do evento em São Paulo.

Quando no fim de 2019 e início de 2020, no momento de início do período de pandemia de Covid-19, houve uma baixa nas atividades, com muitas dificuldades de comunicação no período pandêmico. Após um tempo houve uma assembleia geral e foi finalmente realizada uma nova eleição para uma nova coordenação-geral (ou presidência), passada para Dan Kaio Lemos.

Durante o período do IBRAT de Dan Kaio Lemos, foi realizado o II ENAT (online), que contou com uma programação incluindo homens trans e transmasculinos de outros países da América Latina e foi realizado em 2022 pelo IBRAT no meio da pandemia do Covid-19. Foi fortalecido o setor de pesquisas, por exemplo com a publicação do dossiê “A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas” (organizado pelo Dan Kaio Lemos e Bruno Pfeil), a interlocução transmasculina internacional, a constância da interlocução entre as coordenações regionais e nacionais no Brasil, e realizado o Observatório Anderson Herzer. O III ENAT começou a ser planejado na presidência de Dan Kaio Lemos, mas acontecerá na presidência de Fabian Algarte. Está sendo organizado neste momento para ocorrer presencialmente neste ano de 2023.

Também há outras militâncias transmasculinas além do IBRAT, nacional e local, como, por exemplo, dentro da Rede Trans Brasil, que é uma dissidência da ANTRA, mas é uma militância de envergadura nacional. A parte transmasculina passou muito tempo em especial a cargo do homem trans paraense Raffael Carmo. E existem ou existiram vários coletivos e associações locais como o HTA (Homens Trans em Ação) do Rio Grande do Sul, Atrevidos (do Rio Grande do Norte), a finada AHTM de Recife e coletivo atual pernambucano Moviht-PE (Movimento Independente de Transmasculinos e Homens Trans de Pernambuco), Associação Transmasculina do Amazonas (ATAM), Liga Transmasculina João W. Nery (RJ), entre outros. Temos homens trans e transmasculinos fazendo militância no Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) e na Associação Brasileira Profissional para a Saúde Integral de Pessoas Travestis, Transexuais e Intersexo (ABRASITTI).

Infelizmente na política, no movimento político-partidário de fato, o primeiro homem trans eleito, vereador pelo município de São Paulo, Thammy Miranda (eleito pelo PL e atualmente sem partido) na legislatura 2021-2024, nunca ajudou muito a própria causa trans. Isto se formos comparar ao alcance do trabalho das trans eleitas também no legislativo Erica Malunguinho, Erika Hilton ou Duda Salabert.

Mas há outras formas de fazer política, como por exemplo através da cultura e da ciência. Já foi citada aqui a política feita através da pesquisa acadêmica. Na cultura e nas artes, a instituição Coletivo de Artistas Transmasculinos (CATS) é impulsionada e organizada principalmente pelo também pioneiro e famoso ativista ator e multiartista Leo Moreira Sá. O CATS dá visibilidade a vários artistas transmasculinos em várias áreas das artes, seja teatro, música, dança, fotografia, artes plásticas etc. Para conhecer vários destes artistas basta dar uma olhada no próprio Instagram do CATS (https://instagram.com/cats_trans), pois eles dedicam postagens a falar exclusivamente de cada artista e seu trabalho.

Hoje em dia na cultura, há bandas formadas por transmasculinos como Transbatukada (Salvador), Mascucetas (Belo Horizonte) e Apocalipse Cùier (Florianópolis); e temos rappers como o Jake Bright (Curitiba), Tom Grito (Rio de Janeiro), MC WinniT (São Paulo). Em vários lugares do país temos vários músicos, performers, poetas, atores, artistas visuais e multiartistas, como Léo Moreira Sá, Dante Preto, Mika Kaliandrea, Sambla Universo, Alan Oliveira, Caio Jade, Lino Arruda, Eduardo Guimarães e Oran Muzzi entre muitos outros. Anos atrás, podíamos contar entre nós com o multiartista Demétrio Campos (RJ), infelizmente suicidado em 2020 pela transfobia.

Também temos uma grande produção literária transmasculina produzida pelo país. Alguns exemplos: o livro “Vidas Trans”, que traz relatos autobiográficos de João W. Nery e Tarso Brant; o livro “Nós, Trans: Escrivências de Resistência” (organizado e editorado por Maria Léo Araruna) traz muitos relatos autobiográficos de diversos homens trans e transmasculinos; o livro “Simplesmente homem: relatos sobre a experiência cotidiana de homens trans” de Luiz Fernando Prado Uchôa; o livro “Transresistência: pessoas trans no mercado de trabalho” por Caê Vasconcelos; o livro “No Candomblé, quem é homem e quem não é?” de Dan Kaio Lemos; “Transmasculinidades Negras - Narrativas plurais em primeira pessoa” organizado por Bruno Santana, Leonardo Peçanha e Vércio Conceição; de Jordhan Lessa temos “Eu Trans - A alça da bolsa, relatos de um transexual”, “Missão Vencer!”, e “Quem Somos”; e o livro “Corpos Transitórios: Narrativas Transmasculinas”, organizado por Bruno Pfeil, Nicolas Pustilnick e Nathan Victoriano.

Nas mídias, há várias produções audiovisuais independentes no YouTube e outras redes sociais, como o Instagram e o Tiktok, como por exemplo as de Lucca Najar, Lucas Scarpelli, Stephan Costa, Dante Olivier, Thiago Peniche, e no passado, do saudoso Paulo Vaz. E há incontáveis documentários, em geral curtas, produzidos sobre as experiências de vidas transmasculinas.

Há uma organização em alguns estados para fazer uma competição de Mister Trans Brasil, cuja competição é mais baseada no carisma e capacidade de influenciar nas redes sociais do transmasculino que no formato do corpo destes candidatos.

Nos esportes, há um movimento crescente de organização de times de futebol locais exclusivos de transmasculinos no Brasil.

O Observatório Anderson Herzer é uma ação do Ibrat realizada em cooperação internacional com a Red de Colectivos Latinoamericanos de Hombres Trans y Personas Disidentes del Género Feminino (REDCAHT) e a Comunidad de Lesbianas Inclusivas Dominicanas (COLESDOM); e visa evidenciar a vulnerabilidade social, as violências sofridas, ideações suicidas e suicídios na população transmasculina no Brasil. Em 2023 será lançada a pesquisa realizada em 2022, e se pretende que seja anual, tal qual os dossiês anuais da ANTRA e os da Rede Trans Brasil, que monitoram violência, assassinatos e suicídios na população trans.

Anderson Herzer, ou Bigode, que recebeu o nome do Observatório, foi um jovem homem trans sulista que morou em São Paulo, foi interno da Febem, era poeta e foi acolhido pelo político Eduardo Suplicy do PT, que chegou a lhe dar um emprego. Mas infelizmente Herzer foi suicidado ao pular de um viaduto em 1982 aos vinte anos de idade. Seu livro “A queda para o alto”, publicado in memoriam em 1984, é composto por suas poesias e contém uma breve autobiografia.

O Observatório Anderson Herzer traz em dados objetivos aquilo que já sabíamos - algumas das coisas já saíram em outros estudos e que vivemos no nosso dia-a-dia - e evidenciou a violência invisível que nossa população sofre. Nós, homens trans e transmasculinos, complementando não apenas com os dados do Observatório, mas também da vivência de movimento social, temos um altíssimo índice de sofrimento mental com depressão, ansiedade, ideação suicida, tentativas de suicídios e suicídios de fato; sofremos muito com violência doméstica; e conosco também ocorrem crimes de ódio como assassinatos cruéis, espancamentos, esfaqueamentos, estupros e assédios sexuais. Temos um alto índice de desemprego, e muitas vezes dependemos de nossos pais, cônjuges e amigos para termos teto para dormir e não passarmos fome, porém muitas vezes, em especial na família, é um ambiente tóxico e adoecedor por não aceitarem nossa identidade trans. Isso quando não ficamos nas ruas sem teto e passando fome mesmo.

Nesta crise política e social em que entrou o Brasil durante o governo nazifascista de Bolsonaro, nossa saúde mental piorou bastante, aumentou a fome entre nós (precisamos do Bolsa Família e cestas básicas) e também cresceu bastante a quantidade de homens trans e transmasculinos realizando trabalho sexual, na ausência de vagas de trabalho no mercado formal e pela transfobia do mercado de trabalho formal mesmo.

O antigo problema de falta de engajamento político dos transmasculinos e homens trans na sociedade brasileira, que fazia o movimento não ter muitas pernas e braços para agir, parece atualmente ter sido superado. Hoje em dia somos mais visíveis e existentes e estamos mais atuantes nas lutas sociais.

Estamos conseguindo atuar em muitos lugares do país, em vários espaços diferentes, desempenhando vários papéis e em várias profissões diferentes - nos espalhando em diversas esferas e setores da sociedade. No entanto, ainda sofremos uma grande invisibilização inclusive pelo próprio movimento LGBTQIA+ a nível nacional e local em muitas cidades e estados.

Viraram nossas principais bandeiras a luta, além da visibilidade; os nossos direitos reprodutivos (pelo direito de gestar e ser pai - inclusive ser pai se for uma paternidade socioafetiva); pela nossa saúde mental (contra o suicídio e ideação suicida, depressão e ansiedade); pelo estudo, profissionalização e empregabilidade; e, é possível imaginar, considerando o resultado das pesquisas do Observatório Anderson Herzer, que devemos lutar bastante também pela nossa segurança, nossa integridade física.

É possível compreender que neste momento específico em que vivemos, precisamos caminhar especialmente pela emancipação social e acolhimento dos transmasculinos negros e indígenas, periféricos, presos, do campo e/ou das zonas rurais, crianças, idosos, não binários, intersexos, pessoas com deficiência (PCD), do Norte e do Centro-oeste.

Temos um grande problema agora relacionado à compra de testosterona em função do aumento abusivo das empresas farmacêuticas no mercado. Garantir a mastectomia de todos ainda é um processo em andamento que vigora a muito tempo e deu uma estacionada entre 2018 e 2022 em função da realidade política do país. O Processo Transexualizador no SUS é um caminho. No país todos precisamos ter acesso a uma política pública de saúde para cuidar das nossas especificidades de saúde transmasculina. Mas que também sejamos acolhidos e respeitados em vários outros serviços de saúde não específicos para trans, nas outras políticas públicas e em todos os espaços sociais. A retificação de nome nos cartórios já é uma realidade, mas não ainda para não binários.

Já passamos e continuamos a passar pelo processo de conseguir lutar pela nossa visibilidade e ter engajamento social e político. Um desafio que estamos conseguindo enfrentar agora é que para alcançarmos a inclusão social de fato e para que possamos lutar para que tenhamos todos os nossos direitos garantidos, precisamos ter a construção de um movimento social coeso, consistente e persistente, e é de grande importância desenvolver redes de afeto entre nós mesmos e com outras aliadas para nosso fortalecimento psicológico, social e político.

[1] Quando a pessoa trans possui uma imagem semelhante a uma pessoa cisgênera e não se suspeita que ela seja trans.

[2] Quando a OMS esteve presente para discutir a despatologização da transexualidade no Brasil o ativista Leonardo Tenório esteve presente na mesa do seminário realizado junto ao Departamento de Psiquiatria da Unifesp e um representante da OMS.

[3] Importante saber que o CID não traz somente categorias de doenças. Traz condições de saúde biopsicossocial como gravidez e até exames laboratoriais. É um documento protocolar para servir de referência na construção dos sistemas de saúde em todo o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme Silva de (2012). 'Homens trans': Novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*, 20 (2): pp. 513-523.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. O João que conheci. *Rebeh*, v. 1, nº 4, out-dez, 2018.

ALMEIDA, Guilherme Silva de & CARVALHO, Raquel Alves dos Reis Gomes de. Emergência pública de transmasculinidades na cena brasileira em princípios dos anos 2000. 2019. Anais da 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

ÁVILA, Simone Nunes. (2014) FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 243p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. "Muito prazer, eu existo! Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil". 2015, Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, Centro Biomédico, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FREITAS, Rafaela Vasconcelos (2014) Homens com T maiúsculo. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades e a transversalidade da internet. 121p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HERZER, Anderson. A queda para o alto. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEMONS, Dan Kaio & PFEIL, Bruno. Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviados. A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas. Orgs.: Bruno Pfeil e Kaio Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

NERY, João Walter. Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya. 2011.

NERY, João Walter & MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. *Revista História Agora*. S/n, s/v, s/data.

NEVES, Benjamin Braga de Almeida (2015) Transmasculinidades e o Cuidado em Saúde: Desafios e Impasses por Vidas Não-Fascistas. 132 p. Dissertação (Mestrado em Clínica Médica) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PALHANO, Luciano (Luck Yemonja Banke) & TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa. Transmasculinidades no Brasil: memórias de um movimento da invisibilidade à luta. In: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviados. A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas. Orgs.: Bruno Pfeil e Kaio Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

TRANSMASCULINIDADES E EDUCAÇÃO

Caio Maliszewski Escouto

Licenciado, Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), membro do IBRAT e do Coletivo LGBTQIAP+ da CUT-RS. Pesquisa temas relacionados à docência transmasculina e questões de gênero e sexualidades no espaço escolar.
E-mail: caioescouto@gmail.com

Como professor atuante na educação básica e homem trans, a pauta da educação sempre é muito sensível para mim. Foi no espaço escolar que vivenciei o peso por não me enquadrar nas normativas de gênero e sexualidade. E foi neste espaço também que iniciei a minha transição de gênero e vivi toda a angústia de não saber como seria a reação das escolas ao receber a notícia de que tinham um professor trans entre seus docentes. Foram muitos meses vivendo com a incerteza sobre o meu futuro profissional como docente.

Ao vivenciar há muito tempo o espaço escolar, primeiro como estudante e depois como professor, posso afirmar o quanto este espaço ainda faz questão de se manter como regulador e mantedor das normas de gênero e sexualidade consideradas normais pela sociedade cisheteronormativa. Desde o mais básico, como as demarcações de banheiro para meninas e para meninos, fila de meninos e de meninas, ao não saber lidar com estudantes que fogem às regras pré-estabelecidas dos padrões, são apenas alguns exemplos de como a instituição escolar vê-se desafiada, perdida e combativa diante das diversidades.

Mas refletir sobre a população transmasculina e educação vai além dessas questões citadas. É preciso falar sobre a exclusão que nossos corpos sofrem nessa instituição e as consequências disto para nossas vidas. Fazendo com que haja uma reação em cadeia de exclusões sociais, principalmente no que tange ao mercado de trabalho e ao direito pleno de cidadania.

O uso do nome social no ambiente escolar ainda é um grande desafio para as transmasculinidades. Apesar de ser um direito garantido, pois a regulamentação do uso de nome social nas instituições de educação básica foi aprovada pelo Ministério da Educação, através da Resolução do Conselho Nacional de Educação N° 1 de janeiro de 2018. Desde então, jovens maiores de 18 anos podem solicitar o registro do nome social no ato da matrícula nas escolas. Entretanto, do total de respostas obtidas pelo mapeamento encabeçado pelo Observatório das violências mortes e suicídios contra as Transmasculinidades Anderson Herzer, 33% afirmam não terem seus nomes sociais respeitados na instituição de ensino em que estudam.

Como professor, já senti na pele o desrespeito dentro das escolas em que atuo em relação ao meu nome. Apesar de ter retificado nome e gênero nos documentos, não raro, colegas professores e equipe pedagógica me chamavam e ainda chamam pelo nome morto, causando intenso desconforto principalmente diante de estudantes. Também acompanhei alguns alunos meus que tinham solicitado o uso do nome social. Apenar de terem feito todos os trâmites burocráticos na secretaria da escola, e de terem o consentimento de seus responsáveis, também eram chamados por colegas e professores pelo nome morto. Situações como essas evidenciam que, embora nossos direitos estejam garantidos em leis e decretos, ainda precisamos contar com a “boa vontade” das pessoas que insistem em nos tratar pelo nome morto, causando constrangimentos que poderiam ser evitados com o mínimo de bom senso.

A respeito do uso do banheiro na escola ou universidade, 105 (26,99%) das respostas coletadas pelo Observatório, não utilizam o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, sendo 61 (58,10%) autodeclarados brancos, 10 (9,52%) e 29 (27,62%) pardos. Dentre as justificativas, quase a totalidade das respostas aponta que sente medo de sofrer algum tipo de violência. Por estar na escola, também observei que uma das alternativas encontradas pelas escolas foi sugerir que alunes trans usassem os banheiros dos professores e funcionários ao invés dos banheiros masculino e feminino dos demais estudantes numa tentativa de “evitar problemas.” E aqui acho que cabe o questionamento: problemas para quem? Que mal há em uma pessoa utilizar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero?

Esses dados mostram que nem ao menos direitos básicos, como uso do nome social e do banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, são garantidos no CISTema educacional.

Pela perspectiva histórica, talvez seja pertinente provocar a reflexão sobre a existência de pessoas transmasculinas no espaço escolar ao longo da história. Uma vez que a nossa existência não é uma invenção da modernidade e a própria literatura, sobretudo a médica e a antropológica, comprovam que pessoas cuja identidade de gênero não está de acordo com a genitália sempre existiram, ainda que o termo transexualidade seja recente (década de 1960). Diante disso, refletir sobre como nossos corpos foram e são tratados pelas instituições educacionais se faz necessário no sentido de analisar o histórico de exclusão ao qual pessoas transmasculinas estão sujeitas. Porém, para as instituições escolares, a nossa existência sequer é imaginada, o que faz com que sejamos totalmente invisíveis nesses espaços.

Pensar sobre qual o lugar dos corpos transmasculines na educação é o primeiro passo de um problema infelizmente ainda longe de ser solucionado. Sabemos que nossos corpos, quando não expulsos das instituições de ensino, são violentados pela cisnormatividade que rege a instituição escolar. Desse modo, para estar na escola é preciso resistir a todas as imposições da cisheteronormatividade que insistirá em nos lembrar que não somos bem-vindes nesse espaço. Mas como pensar nessa relação entre corpos transmasculines e espaço escolar se quase não há dados sobre nossa população? Os dados de que dispomos foram produzidos de forma artesanal por nós mesmos.

Assim como não há dados sobre essa questão, a produção científica em torno dela ainda é escassa. De modo que as discussões a respeito das violências sofridas pelas transmasculinidades no espaço escolar ainda não tenham sido pensadas de maneira específica e com a devida atenção. Justamente por ainda não termos dados sobre as agressões contra essa parcela específica, os poucos dados sobre preconceito na escola ainda estão embaralhados no balaio da homofobia. Mas é importante salientar que as agressões contra homens trans e pessoas transmasculinas são um tipo de violência específica. Assim como contra as mulheres trans e travestis, pessoas não-binárias, gays, lésbicas, bissexuais. Ao atribuir as agressões contra as pessoas LGBTQIAP+ como homofobia, está-se homogeneizando violências que são distintas por serem dirigidas a grupos que possuem particularidades muito subjetivas de cada identidade política. O que faz com que mais uma vez as transmasculinidades sejam invisibilizadas, até mesmo tratando-se das violências que sofrem.

Além de pensar nessas violências específicas, há de se pensar também nas estratégias de resistências que as transmasculinidades, tão invisibilizadas, usufruem para (re)existir ao espaço escolar. Quais as demandas que pessoas transmasculinas sentem em relação ao espaço escolar? O que precisa ser feito para que a evasão escolar desses corpos não seja praticamente uma regra? De que forma a escola pode ser mais acolhedora? Como garantir que nossos corpos não sejam expulsos e/ou violentados nas instituições de ensino? Como assegurar o direito à educação para a população transmasculina brasileira?

Esses questionamentos são urgentes, pois o acesso à educação é o pontapé inicial para conquista de empregos formais e mais bem remunerados. Sem esse acesso, nossa população permanece à margem do mundo do trabalho, tendo seus direitos básicos, como moradia, alimentação e saúde, negados. A escolaridade é a ponta do iceberg. Sem ela não há como pensar em garantia de um futuro mais digno quando o básico foi negado.

A falta ou a baixa escolaridade acaba impedindo que a população trans consiga inserir-se no mercado de trabalho. E uma vez inserida, as dificuldades continuam. Ser trans no mercado de trabalho significa ter que ser melhor duas vezes. Pois além de mostrar que somos bons profissionais, temos que mostrar que apesar de ser trans, somos bons profissionais. Mas como conseguir qualificação para ser um bom profissional se as escolas não sabem lidar com a nossa presença? Se somos violentados constantemente nesse espaço? Se a expulsão é praticamente um caminho obrigatório?

Como apontam Neves e Peçanha (2021), os casos de evasão escolar de pessoas transmasculinas não costumam ser registrados pelas secretarias de educação, muito menos pelo Ministério da Educação. No entanto, este trata-se de um fenômeno que nós transmasculines sabemos que existe, mas sobre o qual não possuímos dados oficiais para pontuar essa problemática e buscar por soluções. No meu círculo de amigos, entre a comunidade de homens trans e transmasculines de Porto Alegre e expandindo para o grupo de membros e filiares do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), não é nada raro encontrar alguém que não suportou as violências sofridas no espaço escolar e abandonou a escola, deixando de ter sua escolaridade básica o que acaba dificultando e impedindo a sua inserção no mercado de trabalho formal. Isso acaba empurrando a população transmasculina para os subempregos ou para o desemprego.

O apagamento histórico de nossas identidades nos nega o direito à existência. E esse apagamento também reflete a como a instituição escolar nos enxerga, ou melhor, não enxerga. Para boa parte da sociedade, as transmasculinidades se quer existem. Então como podemos reivindicar melhorias para as nossas identidades se nem ao menos somos reconhecidos como existências possíveis?

Como alguém que acredita na educação, afinal, não há como ser professor no Brasil hoje sem acreditar que a educação é o princípio de uma sociedade melhor, fica o meu apelo para que a pasta da educação, tão cheia de demandas, se esforce um pouquinho para enxergar as transmasculinidades e buscar uma educação mais inclusiva para todos, todas e todes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NEVES, Benjamin de Almeida; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Os desafios das transmasculinidades no ambiente educacional: violências e intersecções. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 4, p. 143-160, 2021

ENVELHECIMENTO NAS TRANSMASCULINIDADES

Fabian Algarte

Cursou psicologia, física e ciências contábeis. Atua em contabilidade processual trabalhista, ativista, palestrante em diversidade corporativa.

Envelhecer é um processo que envolve mudanças biopsicossociais a partir da idade adulta. Evoluções tecnológicas e nas estruturas de vida em sociedade trouxeram uma perspectiva cada vez maior de prolongamento da vida humana. Nessa toada, ao final do século XX e começo do século XXI há um cuidado e uma atenção maior às pessoas que envelhecem, pensando em suas necessidades específicas e seus lugares sociais. No Brasil isso se reflete na criação do Conselho Nacional do Idoso (1994) e aprovação da Lei 10.741 de 2003, chamada de Estatuto do Idoso[1], com garantias de instrumentos de acessibilidade, acolhimento e atendimento específicos a essa população.

Em 14 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou que o período de 2021 a 2030 como a Década do Envelhecimento Saudável. Segundo a instituição, “as iniciativas empreendidas como parte da Década buscarão: mudar a forma como as pessoas pensam, sentem e agem em relação à idade e ao envelhecimento; facilitar a capacidade dos idosos de participar e contribuir com suas comunidades e sociedade; prestar atenção integrada e serviços de saúde primários que atendam às necessidades do indivíduo; e prover acesso a cuidados de longa duração para pessoas idosas que deles necessitem.”[2]

No sítio eletrônico da OPA (Organização Pan-Americana de Saúde), o projeto Envelhecimento Saudável aparece como um “processo contínuo de otimização da habilidade funcional e oportunidade para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo independência e qualidade de vida ao longo da vida”[3]. O projeto inclui cinco linhas de ação:

Linhas de ação para promover um envelhecimento saudável:



Promover políticas públicas e alianças para o envelhecimento saudável na Região das Américas



Apoiar o desenvolvimento de ambientes amigáveis, adaptados a todas as pessoas idosas



Alinhar os sistemas de saúde para que atendam às necessidades específicas das pessoas idosas



Desenvolver sistemas sustentáveis e equitativos de prestação de cuidados de longo prazo



Melhorar a mensuração, o monitoramento e a pesquisa sobre envelhecimento

FIGURA 1: LINHAS DE AÇÃO PARA PROMOVER UM ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL. FONTE: SÍTIO OPAS

As propostas parecem excelentes - diretrizes genéricas que permitem discussões amplas e específicas. Há um certo cuidado por parte da ONU e da OPA em enfatizar “todas as pessoas idosas”.

Analisando tanto o Estatuto do Idoso quanto as propostas da ONU sobre a Década do Envelhecimento Saudável, algo se destaca: nada se fala sobre envelhecimento da população trans. Os projetos genéricos e os recortes específicos não consideram em momento algum as particularidades possíveis da população trans que envelhece.

Envelhecer em uma sociedade violenta com a população trans[4] é um acúmulo de riscos. Além de resistir às violências manifestas, ainda é preciso resistir às violências veladas que se apresentam na absoluta ausência de políticas públicas e estruturas de saúde voltadas à nossa população. Em questões de saúde, não há sequer políticas de saúde integral para a população trans, menos ainda foco em processos de envelhecimento. Não há estudos sobre uso de tecnologias de gênero e seu impacto longitudinal em corpos transmasculines. Questões como assistência social, atendimento, medidas protetivas, políticas sociais básicas, políticas previdenciárias, entidades de atendimento e acolhimento não pensam em pessoas trans. São políticas cisnormativas, feitas pensadas por e para pessoas cisgêneras. Por conseguinte, são trans excludentes e podem ser limitadas ou mesmo ineficazes para a população trans.

Para cumprir tanto o Estatuto do Idoso quanto as linhas de ação propostas pela ONU, as discussões sobre o envelhecimento saudável precisam ser feitas com a população trans. Debater o que existe e o que precisa ser criado, inclusive sobre questões de envelhecimento populacional, é algo que precisa incluir toda a população de travestis, mulheres trans, trans homens, transmasculinidades e não binaridades. A discussão ampla e irrestrita é a única forma democrática de efetivar a obrigatoriedade constitucional de garantia da dignidade de toda pessoa humana residente no Brasil.

[1] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741compilado.htm

[2] Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/105264-assembleia-geral-da-onu-declara-2021-2030-como-decada-do-envelhecimento-saudavel>. O projeto está disponível na íntegra em https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52902/OPASWBRAFPL20120_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y

[3] <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>

[4] Para maiores informações sobre violências, vide Benevides, Bruna. Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> e Araújo, Tathiane; Nogueira, Saionara Naider Bonfim e Cabral, Euclides Afonso.

Para maiores informações, dossiê: Registro nacional de assassinatos e violações de direitos humanos das pessoas trans no Brasil em 2022, disponível em <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/bc54ba2f24a145ce93773269285ea7e5/DOSSI%C3%A2023download.pdf>

OBSERVATÓRIO ANDERSON HERZER: DAS VIOLÊNCIAS, MORTES E SUICÍDIOS CONTRA AS TRANSMASCULINIDADES

METODOLOGIA E OBJETIVOS

Após os ensaios de nossos pesquisadores, apresentamos o Relatório de Violências do Observatório Anderson Herzer: das Violências, Mortes e Suicídios contra as Transmasculinidades, referente ao ano de 2022. Esperamos que a pesquisa de dados oferecida sirva como base para a elaboração de novas pesquisas e políticas públicas para a população transmasculina brasileira.

Nosso primeiro desafio, neste trabalho, foi administrar o processo de investigação das violências, mortes e suicídios relacionados às pessoas transmasculinas vivendo no Brasil, tendo em vista a falta de dados em pesquisas científicas e nas plataformas governamentais.

Nesse sentido, trazemos como metodologia as análises quanti & quali, que nos possibilitam explorar as dimensões da população transmasculina brasileira. Nossa metodologia se divide em duas partes:

- Elaboramos um mapeamento com perguntas abertas e fechadas e que esteve disponível para receber respostas no período de **17/06/2022 a 01/10/2022**. **Recebemos um total de 389 respostas**. O mapeamento foi divulgado em plataformas midiáticas do IBRAT: Instagram, Facebook, Twitter e grupos de WhatsApp, bem como outras plataformas midiáticas de vários outros coletivos LGBTQIAP+. Os critérios de inclusão compreendiam a identificação do/de participante enquanto pessoa transmasculina residente no Brasil.
- Realizamos um segundo mapeamento de caráter investigativo histórico, em que buscamos notícias de pessoas transmasculinas que viveram violências, mortes e suicídios, através de links de jornais e revistas. Com este apanhado, separamos os materiais encontrados dentre as seguintes categorias: 1) violência no trabalho (2 casos), 2) violência física (11 casos), 3) assassinatos e desaparecimentos (8 casos), 4) perseguição e ameaça (1 caso), 5) violência sexual (2 casos), 6) violência doméstica (3 casos), 7) violência transfóbica e racista (3 casos), 8) violência na educação (2 casos), 9) suicídio (4 casos) e 10) violência psicológica/simbólica, de apagamento histórico (7 casos). O gráfico abaixo ilustra, em números absolutos, esse apanhado de dados. Foram encontrados, no total, **43 casos de violência datados desde 2019 até 2022**.

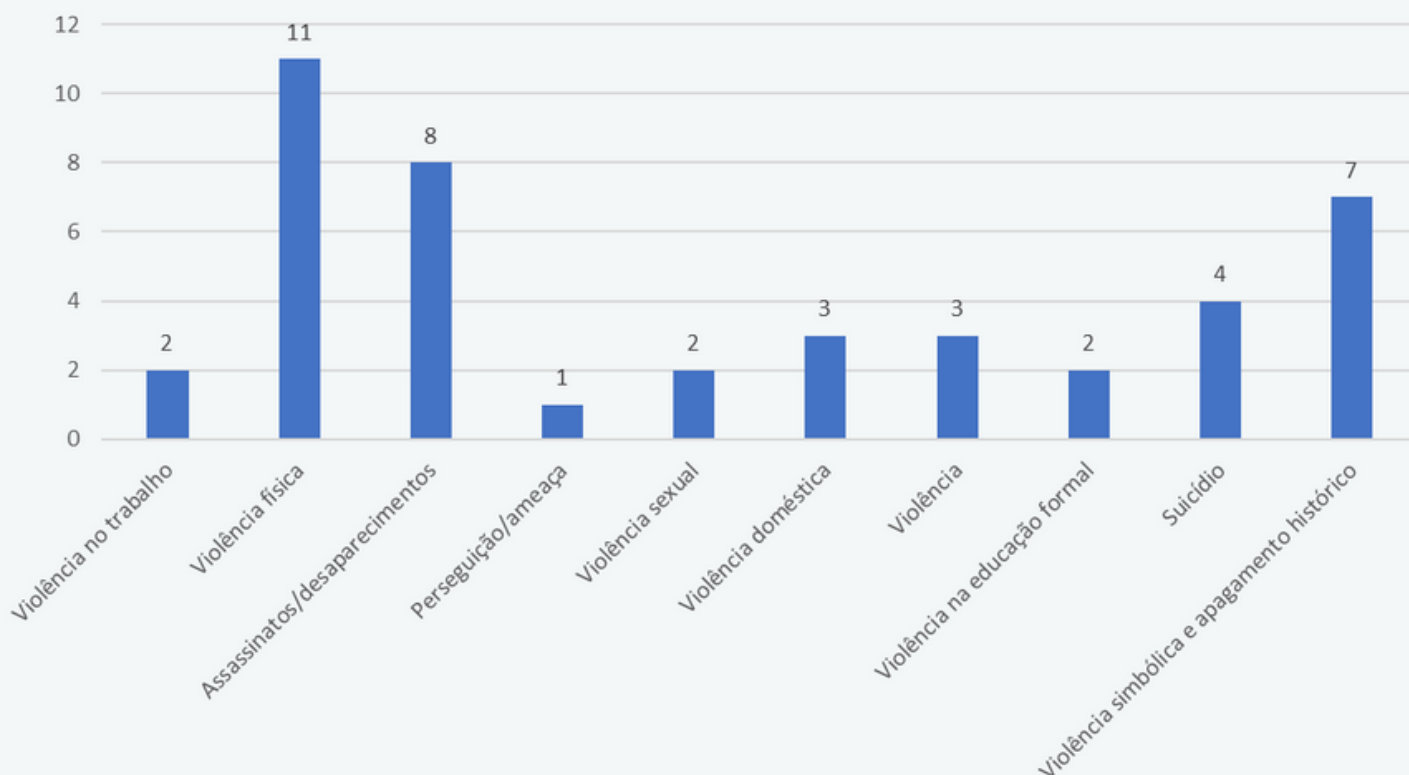


Gráfico 1 - Violências mapeadas nos meios de comunicação. Fonte: IBRAT

OBJETIVOS

Com a citada metodologia, ambicionamos mapear por duas frentes: em diálogo direto com a população transmasculina, por meio do formulário; e a partir de notícias de violências contra nossa população, por meio de buscas em meios de comunicação. Assim os objetivos deste relatório são mapear e sistematizar os índices de violência que atravessam a população transmasculina brasileira, de modo a criar um banco de dados que sirva para a elaboração de políticas públicas e futuras pesquisas sobre nossa população.

Antes de caminharmos para o início do relatório, é importantes destacar novamente os seguintes pontos:

- Tanto a coleta de dados, realizada por meio de formulário, como a pesquisa de casos de violência em meios de comunicação foram realizadas **durante o ano de 2022**.
- O formulário adquiriu um total de **389 respostas**.
- Foram encontradas **43 notícias de casos de violência** contra transmasculines no Brasil durante a realização da pesquisa. A datação dos casos varia desde 2019 até 2022.

Dito isso, passamos para a seção socioeconômica, que oferece um perfil das respostas recebidas no formulário.

SEÇÃO SÓCIO-ECONÔMICAS DAS TRANSMASCULINIDADES VIVENDO NO BRASIL

A seção de fatores socioeconômicos e culturais se inicia com dados básicos sobre os atravessamentos das pessoas que compuseram o mapeamento. A primeira pergunta indica dados de raça/cor/etnia, e aponta que, das 389 respostas, 238 (61,2%) são de pessoas autodeclaradas brancas, seguindo para 69 (17,7%) autodeclaradas pardas, 49 (12,6%) autodeclaradas pretas, 6 (1,5%) autodeclaradas indígenas e 5 (1,3%) autodeclaradas amarelas. 15 pessoas (3,9%) não souberam se identificar étnico-racialmente, e 7 pessoas (1,8%) apresentaram autodeclarações étnico-raciais fora das marcações de raça/etnia do IBGE; são elas: 2 autodeclaradas marrons, 1 autodeclarada latina, 1 autodeclarada branco latina, 1 autodeclarada "mix amarelo-branco", 1 autodeclarada romani/cigano, 1 autodeclarada marrom (Oriente Médio).

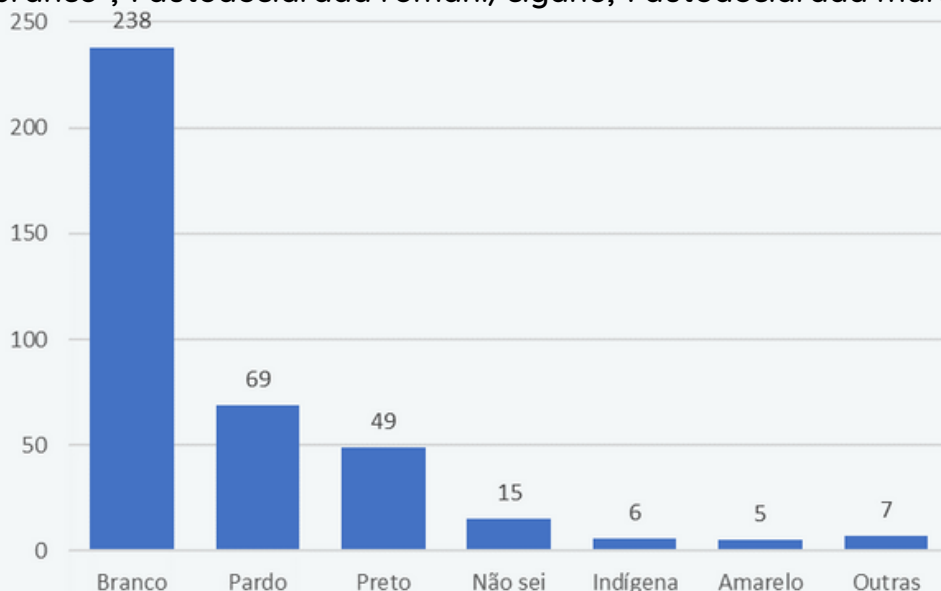


Gráfico 2 - Raça/cor/etnia de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. Fonte: IBRAT

Com relação à faixa etária, 179 pessoas (46%) possuem de 25 a 34 anos, 139 (35,7%) de 19 a 24 anos, 37 (9,5%) até 18 anos, 24 (6,2%) de 35 a 44 anos, 7 (1,8%) de 45 a 54 anos e 3 (0,8%) possuem 55 anos ou mais. A prevalência, portanto, é de jovens adultos.

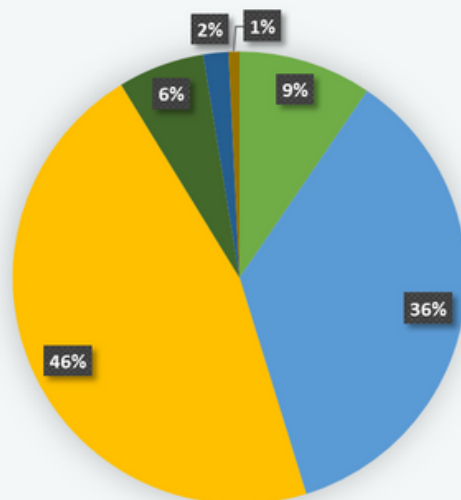


Gráfico 3 - Faixa etária de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. Fonte: IBRAT

No que diz respeito à autodeterminação de gênero, 209 pessoas (53,7%) se autodenominam homens trans, seguindo para 99 (25,4%) que se autodenominam transmasculinos, 48 (12,3%) transmasculines, 14 (3,6%) boycetas e 19 (4,9%) que possuem autodenominações de gênero que não constavam no formulário.

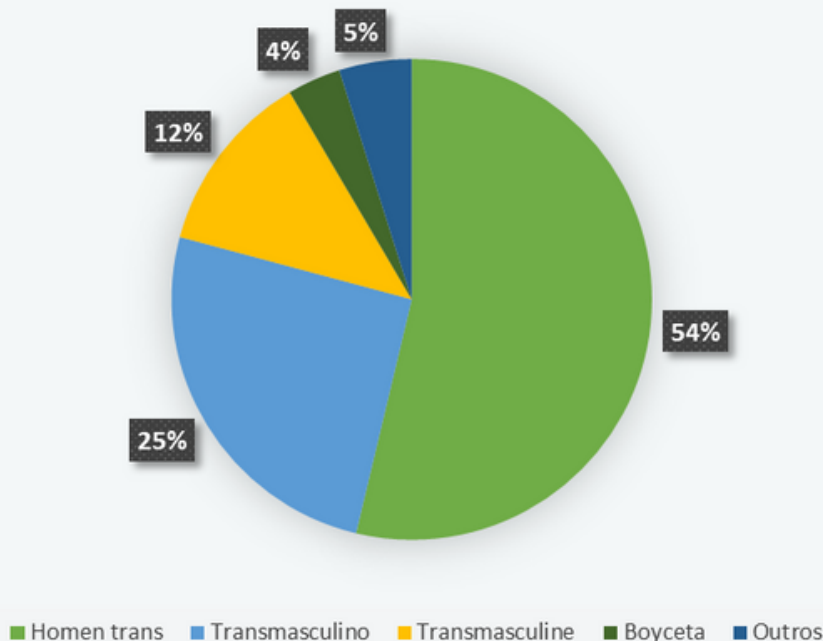
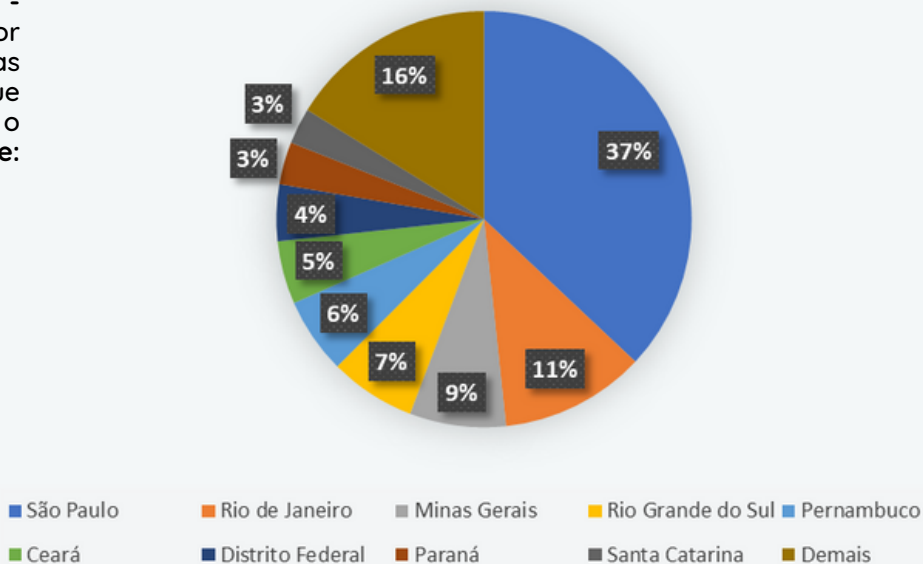


Gráfico 4 - Autodeterminação de gênero de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. Fonte: IBRAT

O estado de residência da maioria das respostas foi São Paulo (37%), seguindo para Rio de Janeiro (11,3%), Minas Gerais (7,5%), Rio Grande do Sul (6,7%), Pernambuco (5,9%), Ceará (4,9%), Distrito Federal (4,4%), Paraná (3,3%), Santa Catarina (2,8%), Espírito Santo (2,6%), Bahia (1,8%), Mato Grosso do Sul (1,5%), Goiás (1,5%), Paraíba (1,3%), Amazonas (1,3%), Mato Grosso (1%), Maranhão (1%), Pará (0,8%), Alagoas (0,8%), Rio Grande do Norte (0,8%), Amapá (0,5%), Sergipe (0,5%), Rondônia (0,3%).

Gráfico 5 - Distribuição por estados de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. Fonte: IBRAT



No que se refere à zona residencial, 347 pessoas (89,2%) residem em área urbana, 21 (5,4%) em área litorânea, 14 (3,6%) em área rural, 1 (0,3%) em área quilombola, 1 (0,3%) em área urbana/periférica, 1 (0,3%) em acampamento do MST, 1 (0,3%) em comunidade, 1 (0,3%) mora na Baixada Fluminense, 1 (0,3%) mora na Zona Sul e 1 (0,3%) não soube dizer. A seguir, o dado com números absolutos.

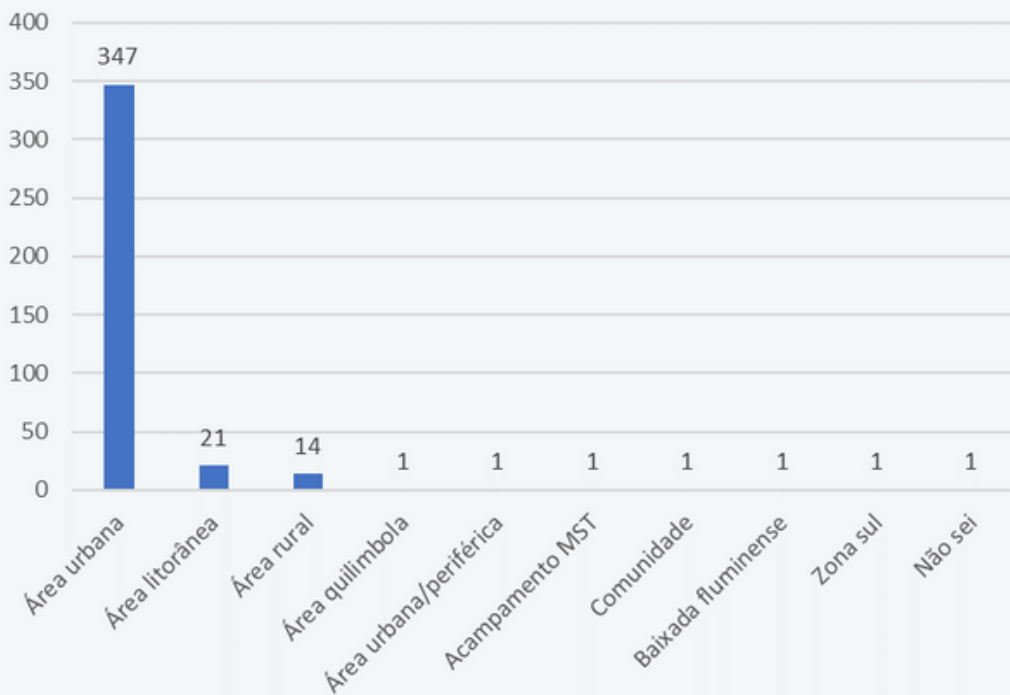


Gráfico 6 - Zona habitacional de pessoas transmasculinas que responderam o formulário. FONTE: IBRAT

Por fim, em relação à corporalidade, 352 pessoas (90,5%) responderam não possuir alguma deficiência, e 37 pessoas (9,5%) responderam possuir alguma deficiência.

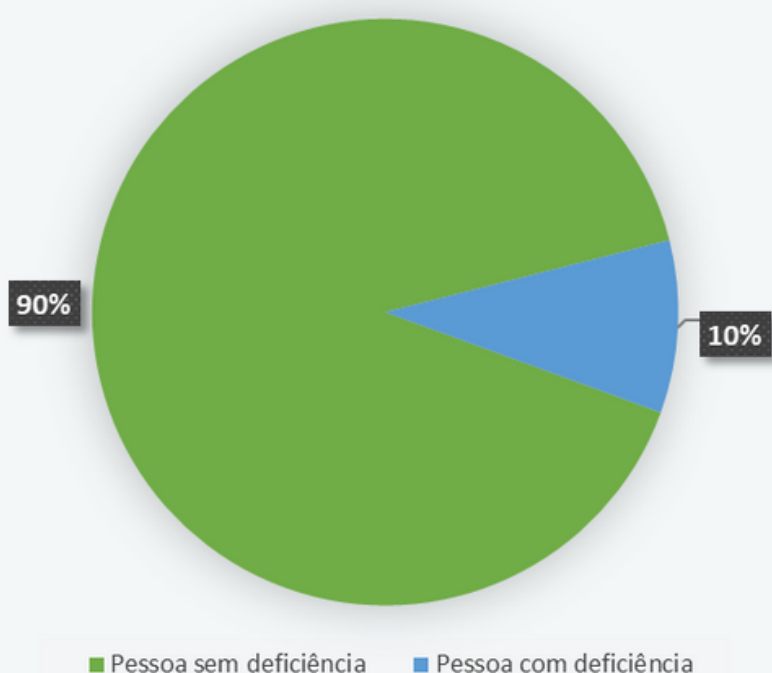


Gráfico 7 - Percentual de pessoas transmasculinas com deficiência ou sem deficiência que responderam o formulário. FONTE: IBRAT

SEÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

Iniciamos, aqui, a seção de violências. A seguir, apresentamos os dados obtidos.

1 - Você já sofreu racismo (comunidade ou origem) e/ou injúria racial (individual)?

Das 389 respostas coletadas, 287 (73,8%) indicaram “não”; 64 (16,4%) marcaram “sim, já sofri ambos”; 22 (5,7%) responderam que já sofreram somente racismo, e 16 (4,1%) responderam ter sofrido somente injúria racial.

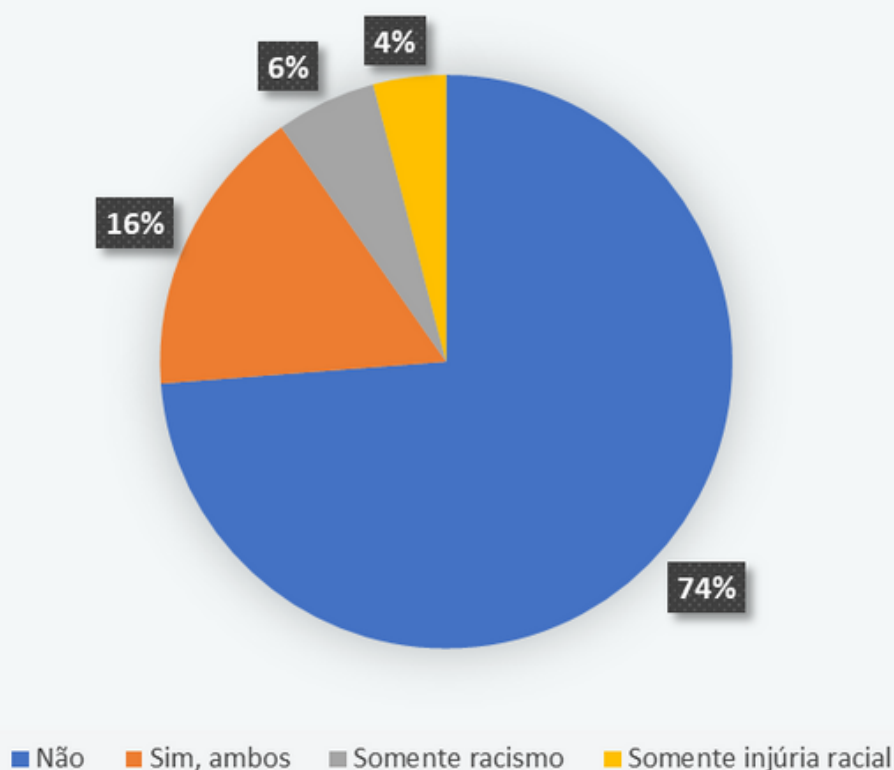


Gráfico 8 - Sobre racismo (comunidade ou origem) e/ou injúria racial (individual). FONTE: IBRAT

Apresentação de casos de violência racista e transfóbica em meios de comunicação:

- No dia 13/09/2022 - Um homem transgênero, aprovado em concurso público através do sistema de cotas raciais, ao ser convocado, foi impedido pela gerente de comunicação da empresa de assumir o cargo de Analista de Comunicação, pois afirmou que uma pessoa de cor e LGBT traria vergonha para a empresa, afirmando ainda que, caso o aprovado no concurso conseguisse assumir a vaga, o demitiria em um prazo de três meses. [1]

[1] Jornal O Dia. Gerente da INB recusa candidato aprovado em concurso público por preconceito. Disponível: <https://odia.ig.com.br/resende/2022/09/6495388-gerente-da-inb-recusa-candidato-aprovado-em-concurso-publico-por-preconceito-alem-de-preto-e-viado.html>

- 20/09/2019 - Um homem trans, identificado por Guilherme, foi vítima de ataques racistas e confronto truculento, dentro da agência da Caixa Econômica. A vítima foi ameaçada com arma de fogo por um dos seguranças terceirizados da empresa. [2]
- 08/04/2021 - Vida Bruno faleceu aos 44 anos após dois meses internado no Hospital Teresa de Lisieux. Segundo o administrador Elton Bruno Vida, 39, seu irmão foi vítima de complicações de um trauma craniano sofrido no interior do restaurante. "Ele foi agredido lá dentro. O motivo da morte dele foi a transfobia e o racismo", acusou Elton, referindo-se ao fato de o irmão ser negro e homem trans. [3]

2 - Tem seu nome social respeitado no sistema de saúde? (postos de saúde e hospitais)

No que concerne ao respeito do nome social em postos de saúde, hospitais e demais instância de saúde, 222 pessoas (57,1%) responderam que possuem seu nome social respeitado, e 167 pessoas (42,9%) responderam que não possuem seu nome social respeitado. Ainda sobre questões médicas, 248 pessoas (63,8%) responderam que não tiveram procedimento/atendimento médico negado por ser uma pessoa trans, ao passo que 67 (17,2%) responderam ter o atendimento negado no serviço privado; 38 (9,8%) responderam ter o atendimento negado no serviço público; e demais respostas variaram de não ter tido experiências em clínicas e hospitais posteriormente à transição de gênero, até a descrição de situações de profundo constrangimento e desrespeito em instâncias de saúde, em razão de transfobia.

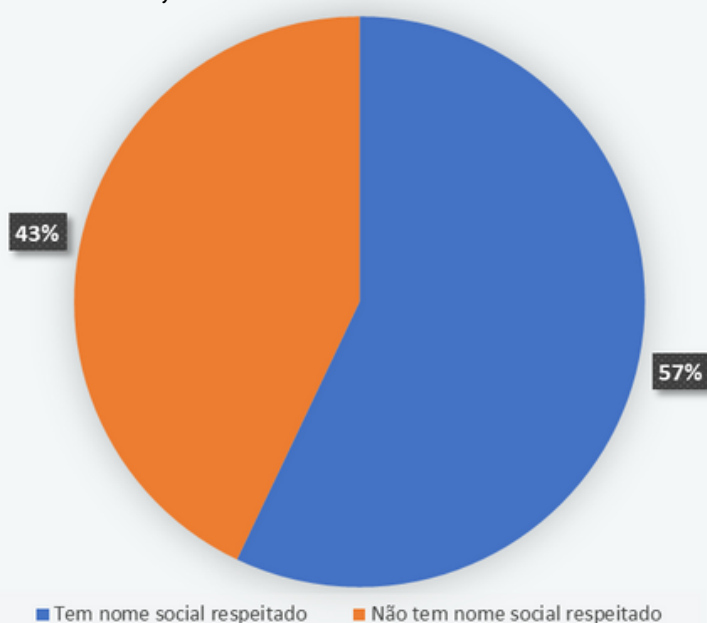


Gráfico 9 - Sobre nome social respeitado no sistema de saúde.

FONTE: IBRAT

[2] Jornal Diário de Pernambuco. Homem trans deve ser indenizado após ofensa racista em agência da Caixa de Jaboatão. Disponível: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/07/homem-trans-deve-ser-indenizado-apos-ofensa-racista-em-agencia-da-caix.html>

[3] UOL Notícias. Família de ativista LGBT morto quer novo inquérito contra restaurante da BA, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/04/08/familia-de-ativista-lgbt-morto-quer-novo-inquerito-contra-restaurante-da-ba.htm>

Apresentação de caso(s) de violência psicológica/simbólica, de apagamento histórico:

- No dia 13/07/2021 - Como informou a vítima à TV Sudoeste, a Polícia Militar e o Samu foram chamados e o atendimento médico começou ainda na ambulância. No entanto, ele relatou que, ao chegar no Hospital Geral de Vitória da Conquista sofreu uma outra violência, a social, pelo fato de não ter ainda sua documentação com seu nome masculino. “Pelo fato de eu ser um menino trans e ainda não ter minha documentação regularizada, o atendimento se recusou em respeitar minha condição que é coberta pela lei. Que ainda que meu registro não seja feito eu tenho direito de ser chamado como eu me enxergo”. Ainda de acordo com a reportagem, a vítima recebeu atendimento só após a presença de um advogado que exigiu que os direitos dele fossem respeitados. [4]

3 - Teve algum procedimento/atendimento médico negado por ser uma pessoa trans?

Alguns relatos:

- “Me foi negado um exame de sangue, pois meu nome social estava na solicitação do exame, no meu RG, mas não estava no cadastro do convênio. Não pude fazer o exame e não quiseram alterar meus dados”.
- “Não consegui o encaminhamento que queria, os profissionais não estavam preparados”.
- “Tive cancelamento de atendimento ginecológico por ser trans”.
- “Ainda não passei por hospitais ou clínicas após a transição”.
- “No serviço privado, ginecologista e acompanhamento hormonal com endócrino”.
- “Não frequento o posto de saúde e hospital, por medo”.
- “No serviço público não fui atendido como pessoa trans e no privado, mesmo o médico atendendo meu convênio, ele disse que só atenderia pessoas trans se você pagasse a parte da consulta”.
- “Fui em uma farmácia para tomar um hormônio e se recusaram a aplicar alegando que não era uma reposição hormonal e por isso não poderiam aplicar. *Levei o hormônio e a receita na farmácia”.

[4] Jornal Blog do Sena. Homem trans é agredido na rua e sofre discriminação ao procurar atendimento no hospital de base. Disponível: <https://blogdosena.com.br/conquista-homem-trans-e-agredido-na-rua-e-sofre-discriminacao-ao-procurar-atendimento-no-hospital-de-base/>

- "Não me declaro trans para receber atendimento médico, mas há relutância em me atender mesmo assim".
- "As enfermeiras do meu posto de saúde não fazem a minha aplicação de testosterona mensal, pois mesmo eu já mostrando medição e receita, elas acham que eu estou aplicando como forma de anabolizantes, e se negam".
- "O atendimento ginecológico me foi negado por vários médicos com a justificativa de que eu era trans".
- "Ainda estou começando com psicólogo do CAPS e ele apenas me disse que eu era novidade pra ele e pareceu tentar me fazer mudar o motivo de ter ido lá".
- "Uma psiquiatra se recusou a me atender por transfobia, justificando a ação dela por "questões religiosas"".
- "Ginecologistas constantemente patologizando meu corpo e expressão por ser uma pessoa trans".

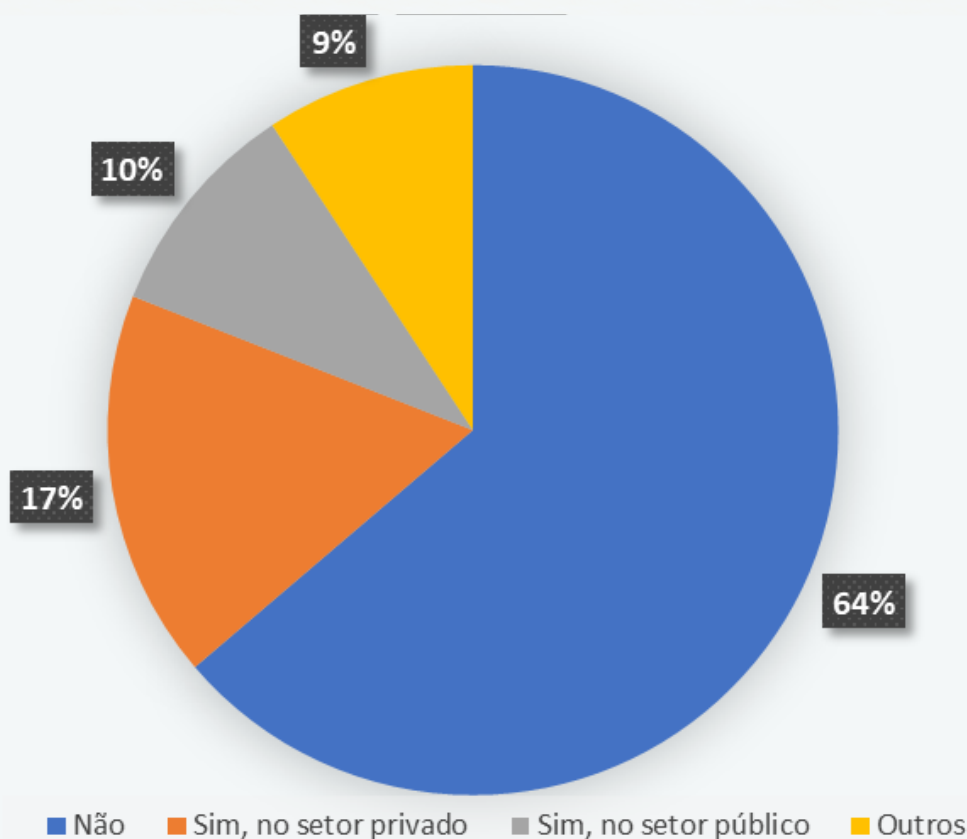


Gráfico 10 - Sobre procedimento/atendimento médico negado por ser uma pessoa trans.

FONTE: IBRAT

Apresentação de caso(s) de violência psicológica/simbólica, de apagamento histórico:

- 31/03/2021 - O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e a Federação Nacional dos Jornalistas manifestam solidariedade ao repórter Caetano Vasconcelos, da Ponte Jornalismo, por conta do episódio em que teve o atendimento médico negado por ser transexual. Segundo reportagem veiculada na Ponte, Caê foi se consultar com uma endocrinologista para dar sequência a seu processo de hormonização, porém foi vítima de constrangimento, e a médica ainda se recusou a atendê-lo. O caso aconteceu na Acor Clínica Médica, na República, em São Paulo. Caê registrou denúncia no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, e também registrou boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi). [5]
- 25/05/2022 - "Homem trans perde cirurgia por não ter laudo médico." Tive a oportunidade de operar, mas não tenho o laudo pronto dos médicos. Dizem que não cumpri o tempo de acompanhamento para passar pela cirurgia e fui informado que a previsão será no ano que vem", relata o vendedor, que também está em fase de mudança do registro civil." [6]

4 - Teve seu nome social respeitado na escola e/ou universidade?

Já em escolas e universidades, 60% dos respondentes afirmam que seu nome social é respeitado em escola/universidade, ao passo que 33% afirmam não ter seu nome social respeitado nesses ambientes. E a 7% dos respondentes, essa questão não se aplica.

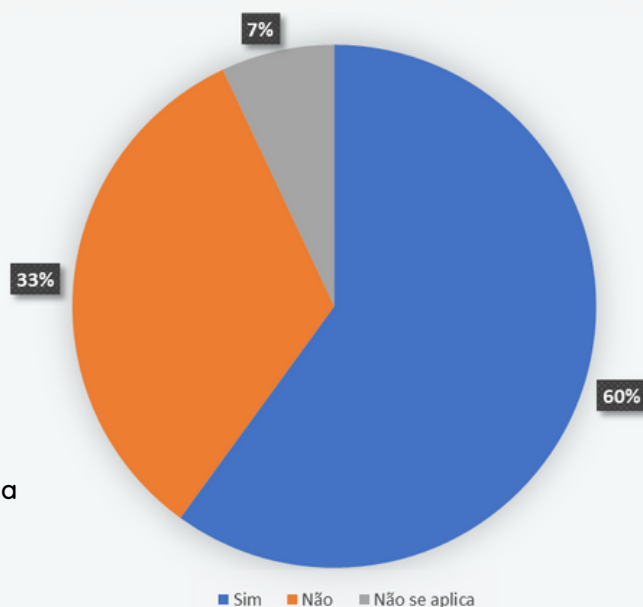


Gráfico 11 - Sobre uso de nome social na escola e/ou universidade.
FONTE: IBRAT

Apresentação de caso(s) de violência na educação:

- 22/05/2022 - Um homem trans identificado por Bruno Almeida relatou estar tendo seu nome social desrespeitado nos meios de comunicação da PUC, onde cursa Psicologia. Ele conta ter sido alvo de falas transfóbicas por parte de professores da instituição que teriam se utilizado do espaço da sala de aula para deslegitimar a existência de pessoas trans. [7]

[5] Jornal FENAJ. Sindicato de SP e FENAJ se solidarizam a repórter vítima de transfobia. Disponível: <https://fenaj.org.br/sindicato-de-sp-e-fenaj-se-solidarizam-a-reporter-vitima-de-transfobia/>

[6] Jornal Terra. Pessoas trans relatam demora para cirurgia de redesignação sexual. Disponível: <https://www.terra.com.br/nos/pessoas-trans-relatam-demora-para-cirurgia-de-redesignacao-sexual,da6a623e962e1ce8793d67d0069441d5xs93zkl0.html>

[7] Jornal Queer Ig. Homem trans é chamado por nome morto pela faculdade há dois anos. Disponível: <https://queer.ig.com.br/2022-05-22/influenciador-trans-bruno-de-almeida-nome-morto-faculdade.html>

5 - Você faz uso do banheiro de acordo com seu gênero nas escolas/universidades?

Chegando na questão sobre o uso do banheiro de acordo com seu gênero na escola/universidade, constatou-se que, das 389 respostas, **244 (62,72%)** afirmam que fazem uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero. Das respostas afirmativas para o uso do banheiro, **32 (13,11%)** se autodeclararam pretos e **150 (61,47%)** como brancos.

Das respostas contrárias, **105 (27%)** não utilizam o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero, sendo **61 (58,1%)** autodeclarados brancos, **10 (9,52%)** e **29 (27,61%)** pardos. Quase todos sentem medo de sofrer algum tipo de violência. Além disso, parcela significativa também aponta para o fato de estar no início da terapia hormonal e por não ter "passabilidade". Tais sujeitos não se sentem confortáveis ao utilizar o banheiro masculino.

15 (3,85%) participantes responderam que não estudam. **6 (1,54%)** se identificam como não-binários, afirmando que preferem utilizar banheiros unissex. **3 (0,77%)** responderam que fazem uso de banheiros destinados a pessoas com deficiência (PCD) para não sentir nenhum tipo de constrangimento. E apenas **2 (0,51%)** utilizam tanto o banheiro feminino quanto o masculino. A **14 (3,6%)** respondentes, a pergunta não se aplica.

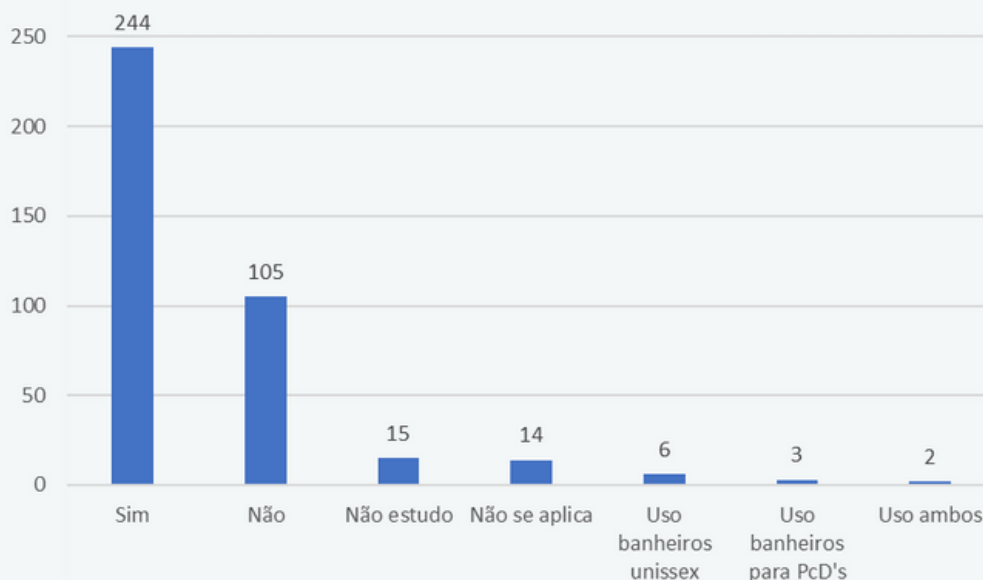


Gráfico 12 - Sobre uso dos banheiros em escolas/universidades. FONTE: IBRAT

Apresentação de caso(s) de violência na educação:

- 19/06/2019 - Estudante de Ciências Sociais da UFPA, Heitor Batista foi agredido em um evento promovido pela universidade ao tentar usar o banheiro masculino. Foi impedido de utilizar o banheiro, agredido verbal e fisicamente. O silêncio de outros rapazes que também estavam aguardando para utilizar o banheiro também é uma forma de violência, constantemente vivenciada por pessoas trans que têm direitos violados publicamente, sem quaisquer tipo de assistência prestada à vítima. [8]

[8]Jornal O Liberal. Aluno denuncia ter sofrido transfobia na UFPA. Disponível: <https://www.oliberal.com/para/aluno-denuncia-ter-sofrido-agress%C3%B5es-e-ser-v%C3%ADtima-de-transfobia-na-ufpa-1166079>

6 - Você já registrou um Boletim de Ocorrência policial?

Na pergunta “Você já registrou um Boletim de Ocorrência policial?”, das 389 respostas, 325 (83,5%) relataram nunca tê-lo feito. Em seguida, 64 (16,4%) responderam ter registrado um B.O. Destas últimas, 37 (57,8%) pessoas responderam que, durante o registro, seu nome social foi respeitado. As outras 27 (42,2%) não tiveram o nome social respeitado nesse momento.

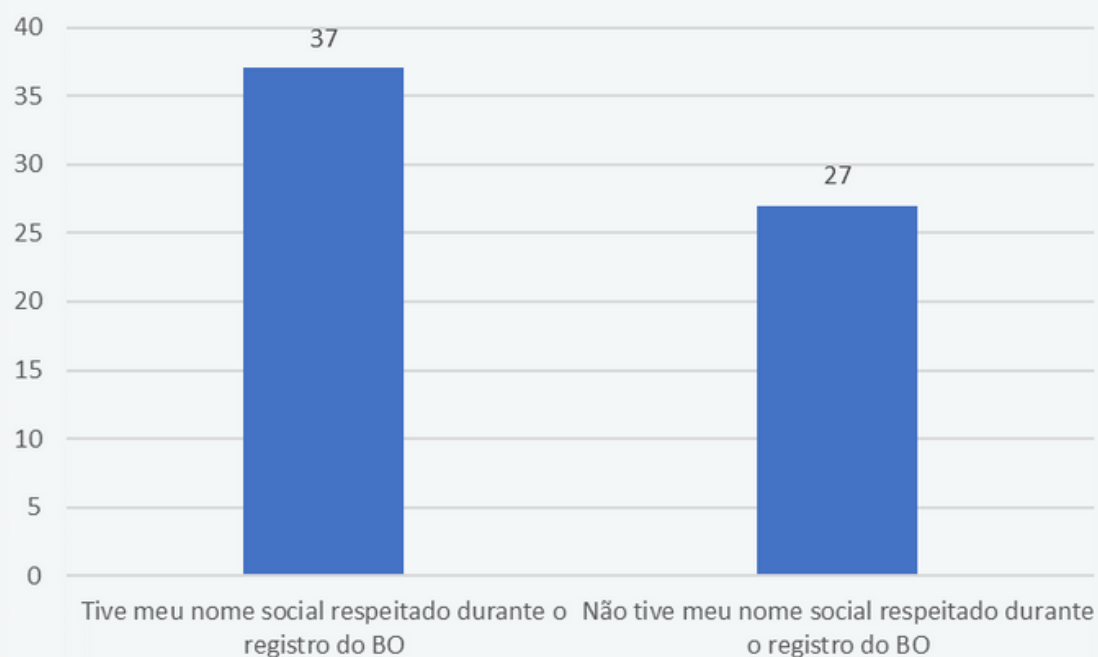


Gráfico 13 - Sobre Boletim de Ocorrência Policial. FONTE: IBRAT

7 - Você já sofreu abordagem policial violenta e/ou discriminatória?

As respostas à pergunta subsequente mostram que a maioria (84,8%) não sofreu abordagem policial, seguindo para 29 pessoas (7,5%) que já a sofreram.

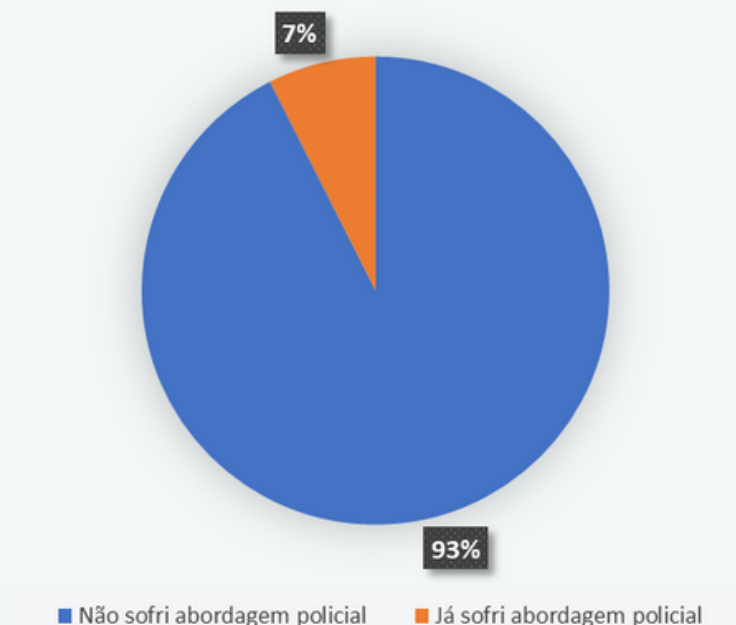


Gráfico 14 - Sobre abordagem Policial. FONTE: IBRAT

Dentre estes 7,5%, muitos relatos foram apresentados.

Certa pessoa respondeu que sofreu a abordagem policial por “falta de conhecimento dos guardas municipais em respeitar o nome social e na hora da revista”;

Outro respondeu que “pegaram na minha genitália três vezes”;

Outra disse que a “violência policial é muito recorrente eles dizem “se você é homem vai ser revistado por um homem e pronto””.

Outros relatos de suma importância nos foram enviados, como:

- “Fui abordado por policiais do Rio de Janeiro, estava voltando para minha cidade. Estava com packer na mala, ele abriu e mostrou para todo mundo da rua. Foi super constrangedor!”;
- “Enquadros, mão boba e fui negado a revista por policial feminina. Solicitei pois houve assédio e pressão física ao dizer que era trans. Que o que eu tinha na genital era um packer. Os policiais pressionaram e se recusaram a acreditar”;
- “Todas as abordagens policiais são violentas, a suspeita deles é fundada em racismo. Uma vez me ameaçaram dizendo já que eu queria ser homem iam me tratar como homem no sentido de usar truculência para lidar comigo”.

8 - Você sofre preconceito/discriminação dentro da religião que pratica?

Na pergunta “Você sofre preconceito/discriminação dentro da religião que pratica?”, 285 pessoas (73,3%) responderam que não e 104 (26,7%) que sim.

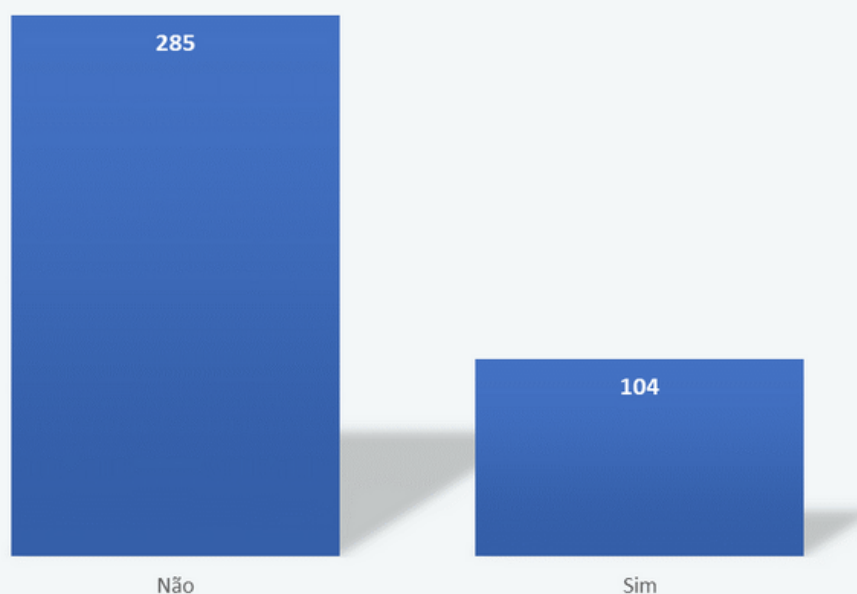


Gráfico 15 - Sobre preconceito e discriminações religiosas.

FONTE: IBRAT

9 - Você já sofreu preconceito/violência por sua Orientação Sexual?

A pergunta “Você já sofreu preconceito/violência por sua Orientação Sexual?” se referia à identidade sexual e mostrou que 113 (29,04%) das respostas apontou por já ter sofrido violência por ser bissexual, 100 (25,7%) por ser pansexual, 47 (12,09%) por ser homossexual, 28 (7,2%) por ser heterossexual, 14 (3,6%) por ser assexual, 10 (2,6%) por ser demissexual e 13 (3,34%) alegaram nunca ter sofrido violência nesse sentido. O restante das respostas apontou para violências e preconceitos voltados a outras identidades sexuais.

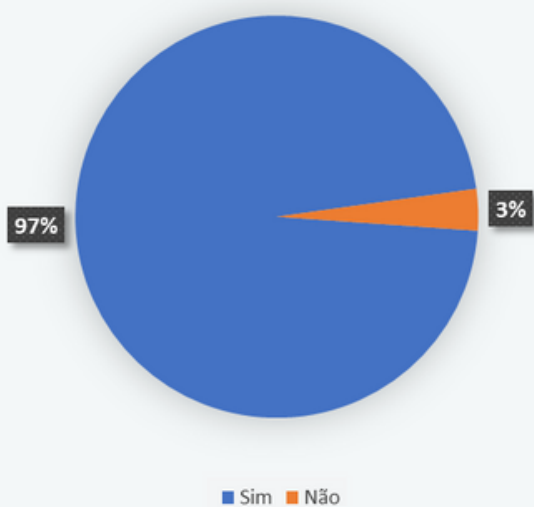
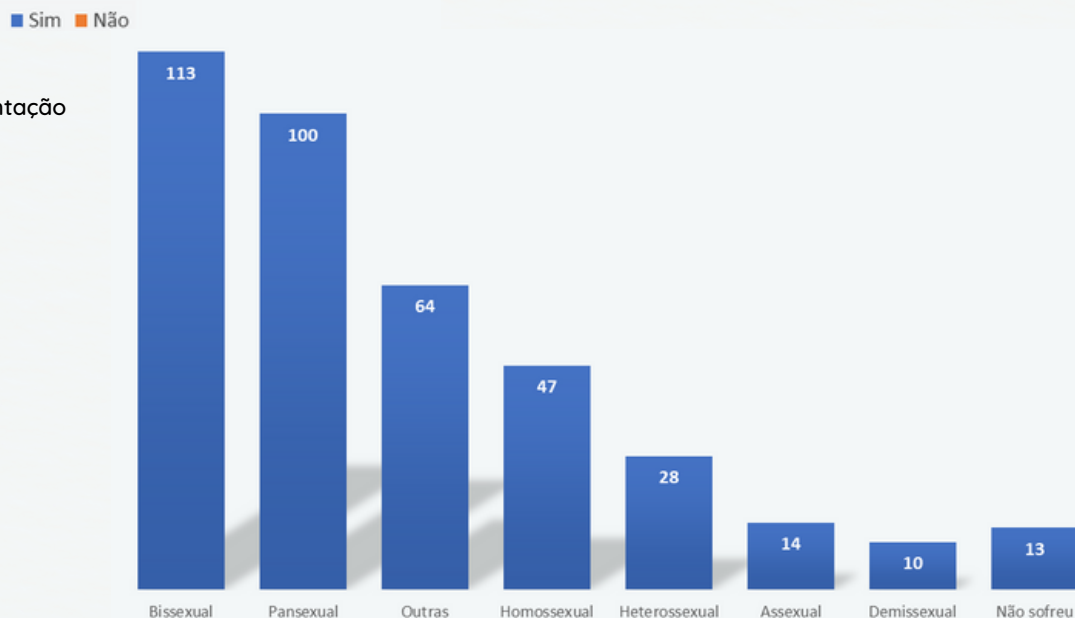


Gráfico 16 - Violência contra sua Orientação Sexual. FONTE: IBRAT

Gráfico 17 - Ainda sobre Orientação Sexual. FONTE: IBRAT



Apresentação de caso(s) de violência física:

- 03/08/2019 - Um garoto trans, de 19 anos, foi brutalmente agredido por conta de sua condição sexual. O fato aconteceu no bairro Sítio do Campo, em Praia Grande, litoral de São Paulo. A vítima foi abordada por dois homens quando caminhava pela rua. Os suspeitos estavam dentro de um carro, onde o jovem foi colocado e escutou: “vai apanhar igual menino”. [9]

[9] Jornal Leia Já. “Vai apanhar igual menino”: trans é brutalmente espancado. Disponível: <https://www.leiaja.com/noticias/2019/08/03/vai-apanhar-igual-menino-trans-e-brutalmente-espancado/>

10 - Você vive uma relação transcentrada (relação entre pessoas trans)? Se sim, sofreu alguma violência direcionada a isso?

Sobre relação transcentrada, 289 pessoas (74,3%) alegaram não viver uma, enquanto que 50 (12,8%) respondeu viver uma relação transcentrada e sem sofrer violência, ao passo em que outros 50 (12,8%) responderam sofrer violência, sim, em virtude de sua relação transcentrada.

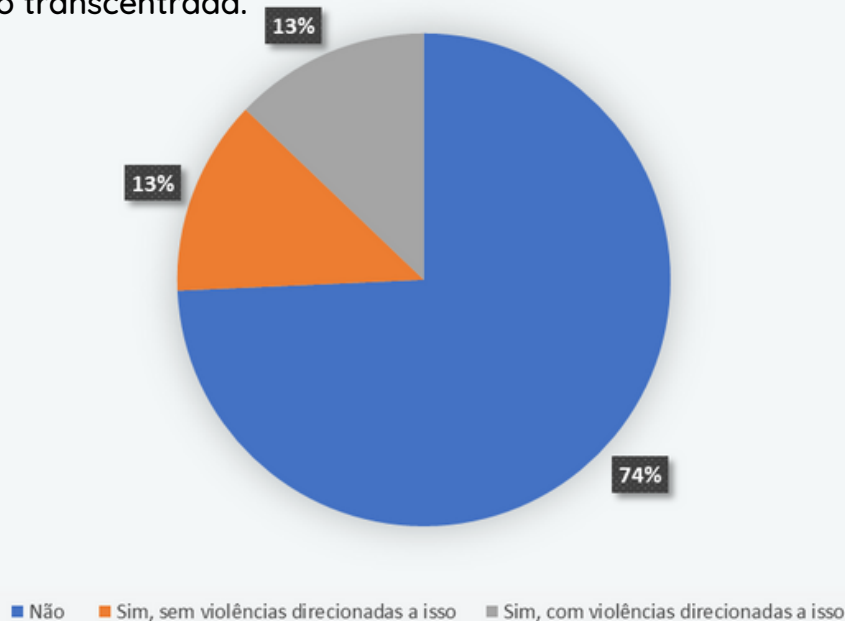


Gráfico 18 - Sobre Relação Transcentrada. FONTE: IBRAT

11 - Você já sofreu violência doméstica? (violência doméstica é uma violência que pode acontecer no ambiente doméstico, mas não apenas nele, e que se caracteriza pelo abuso de poder e dependência, seja ela psicológica ou financeira)

No que diz respeito à violência doméstica, 237 pessoas (60,9%) alegaram ter sofrido violência psicológica, seguindo para 168 (43,2%) que alegaram violência moral, 113 (29%) violência física, 74 (19%) violência sexual e 66 (17%) violência patrimonial. 118 pessoas (30,3%) não sofreram violência. Os participantes puderam marcar mais de uma opção.



Gráfico 19 - Sobre Violência Doméstica. FONTE: IBRAT

Apresentação de caso(s) de violência física:

- 08/04/2016 - “Você não é homem? Então aguenta a porrada”. Foi com essas palavras que o jovem Kaique Santos Lima começou a ser espancado na noite da última quarta-feira (6), em Barueri (SP), por dois homens que ele não conhecia, mas o chamaram pelo nome. O ataque aconteceu à noite, quando ele voltava da faculdade. [10]
- 14/08/2017 - Carla se identifica como homem, mas não mudou o nome para evitar perseguições e ataques transfóbicos. O espancamento brutal deixou o homem trans com os dois braços quebrados, apenas dois dentes na boca e traumatismo craniano. “Ele foi encontrado caído em uma poça de sangue com convulsões devido a um traumatismo craniano. Precisou ser reanimado por uma equipe do Corpo de Bombeiros. Já chegou aqui [no hospital] em coma e foi direcionado a UTI”, contou Helen Santos, irmã da vítima, ao G1. [11]
- 27/05/2022 - Juno Cipolla, homem trans de 30 anos e editor de livros infantis, foi um dos participantes que dividiram um episódio de violência com a turma. No caso dele, a agressão veio de um vizinho, quando morava na Vila Sônia e foi surpreendido com a guarda baixa. “Quando eu virei pra sair, ele pulou o muro, me puxou por trás, me jogou no chão e chutou a minha cara”, lembra. [12]
- 01/12/2020 - Vida Bruno é homem trans e relata que passou mal após comer mexilhões no restaurante, logo em seguida foi arrastado do local e agredido. “Foram três homens contra um. Meu braço está com uma luxação por causa do puxão que o proprietário fez. Eles bateram na minha cabeça, bateram minha cabeça no chão várias vezes. Eu tenho vários cortes na cabeça, aqui na parte da nuca. Eles foram muito agressivos, tomei soco no olho, no nariz. Uma barbárie, foi uma brutalidade que eu jamais imaginei que seria possível”, comenta Bruno. [13]

[10] Jornal Mega Curioso. Rapaz trans sofre agressão e desabafa: quem não é homem são esses daí, 2016. Disponível: <https://www.megacurioso.com.br/policia/98535-rapaz-trans-sofre-agressao-e-desabafa-quem-nao-e-homem-sao-esses-dai.htm>

[11] Jornal Dentro do Meio. Homem trans respira com aparelhos depois de agressão, 2017. Disponível: <https://dentrodomeio.com.br/brasil/homem-trans-respira-com-aparelhos/>

[12] Jornal Nós. Projeto une aulas de autodefesa com acolhimento para mulheres e pessoas LGBTI+ em São Paulo. Disponível: <https://www.terra.com.br/amp/noticias/brasil/cidades/projeto-une-aulas-de-autodefesa-com-acolhimento-para-mulheres-e-pessoas-lgbti-em-saopaulo,327e555158394cd726826e71b4bb95535u6ancds.html>

[13] Jornal ANF. Homem trans denuncia agressão em restaurante de Salvador. Disponível: <https://www.anf.org.br/homem-trans-denuncia-agressao-e-homofobia-em-restaurante-de-salvador/>

- 22/02/2022 - Os agressores desceram do carro e, sem motivo, seguiram xingando as vítimas e começaram a sequência de agressões, com diversos socos. As vítimas conseguiram correr e foram até a Delegacia de Maricá (82ª DP), onde o caso foi registrado, mas quando os policiais chegaram ao local, os acusados já haviam fugido. Depois da agressão, o homem foi para o Hospital Conde Modesto Leal, onde recebeu pontos no rosto e na cabeça devido aos socos que levou. [14]
- 25/09/2021 - Já na ciclovia, o entregador disse que viu o carro passando. Mais a frente, lembra que um homem passou a andar pela ciclovia na direção dele. “Quando eu vi, era o cara do carro. Ele estacionou o carro dele num posto de gasolina na frente, atravessou a avenida, pulou a mureta da ciclovia e ficou parado na frente da ciclovia esperando eu passar.” Ao passar por onde o homem estava na ciclovia, Joaquim denuncia que o homem o abordou, começou a xingá-lo e deu um soco nele. “O que eu fiz foi tentar segurar as pernas dele e ele continuou me socando”, lembra. As agressões só pararam, segundo ele, porque uma ciclista que passava começou a gritar e ameaçou chamar a polícia. “Depois que ele saiu de cima de mim, ele correu para o carro e eu fiquei falando para as pessoas que estavam no posto para pegar a placa, mas ninguém fez nada”. [15]



IMAGEM 1 - Entregador trans é agredido e xingado à caminho do trabalho. FONTE: Internet

- 05/09/2018 - Conforme a nota da associação postada em suas redes sociais, o homem estava na companhia da sua namorada, quando uma mulher o abordou. A acusada começou a agredi-lo verbalmente e, em seguida, empurrou a vítima, que caiu e bateu a cabeça no meio fio da Avenida Raul Lopes, local onde ocorreu o evento. [16]

[14] Jornal Rio Relax. Homem transexual é agredido em Maricá. Disponível: <https://www.riorelax.com.br/noticias/homem-transexual-e-agredido-em-marica-lei-seca-marica-lsm-1776.html>

[15] Jornal Ponte. Entregador trans é agredido e xingado à caminho do trabalho. Disponível: <https://ponte.org/entregador-trans-e-agredido-e-xingado-a-caminho-do-trabalho/>

[16] Jornal GP1. Jovem de 24 anos agredido durante parada da diversidade. Disponível: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2018/9/5/jovem-de-24-anos-e-agredido-durante-a-parada-da-diversidade-439516.html>

- 02/06/2017 - Theo Lima, de 23 anos, foi abordado por sete homens enquanto saía de um clube em Campinas, interior de São Paulo. O que ele imaginava se tratar somente de um assalto se revelou ser uma ação de caráter transfóbico. Após ter seu celular roubado e ser agredido com socos e chutes pelo corpo, Theo ouviu dos agressores que ele queria ser "macho" mas que era uma "menininha". Eles levaram Theo até o carro onde continuaram com as piadas transfóbicas enquanto ainda agrediram com chutes e murros com a camiseta amarrada nas mãos. Os agressores tiraram a camisa e o Binder (vestimenta torácica) do jovem mesmo com chuva e ele desmaiado. Theo conta que só acordou por volta do meio-dia sem camisa próximo a Av. Brasil. [17]



IMAGEM 2 - Homem trans é espancado e obrigado a ficar nu em Campinas.
FONTE: Internet

- 14/10/2021 - Em Juiz de Fora, na Zona da Mata, um homem transexual de 27 anos procurou a polícia pela segunda vez, em menos de um mês, para denunciar agressões físicas de um mesmo autor. Conforme o último boletim de ocorrência, registrado pela Polícia Militar (PM) na quarta-feira (13/10), a vítima acredita que a motivação para o crime seja transfobia. [18]

[17] Jornal Esquerda Diário. Homem trans é espancado e obrigado a ficar nu em Campinas. Disponível: https://www.esquerdadiario.com.br/Homem-trans-e-espancado-e-obrigado-a-ficar-nu-em-Campinas?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter

[18] Jornal Estado de Minas. Vítima de transfobia é agredido pela segunda vez e registra novo BO. Disponível: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/14/interna_gerais,1313869/vitima-de-transfobia-homem-e-agredido-pela-2-vez-e-registra-novo-bo.shtml

12 - Você já sofreu violência de algum familiar? (consanguíneo ou não)

Em referência a ter sofrido violência familiar, 126 pessoas (32,4%) disseram nunca ter sofrido, ao passo que 263 (67,6) afirmaram ter sofrido. Destas, 155 responderam que sofreram violência de mãe/madrasta, 132 de pai/padrasto, 77 de irmãos/cunhados, 7 de tias/tios e o restante apontou para violências familiares diversas, desde violências psicológicas dentro do seio familiar até violências psicológicas e físicas.

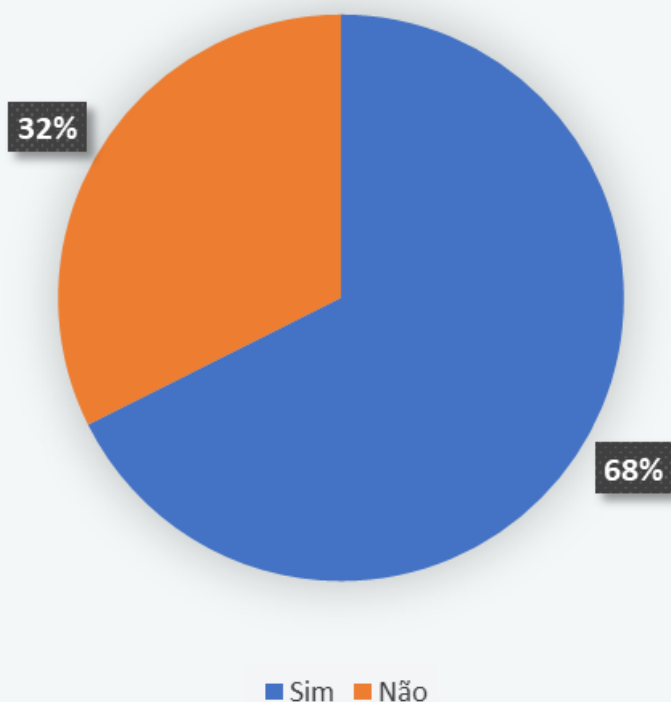


Gráfico 20 - Sobre Violência Familiar. FONTE: IBRAT

Apresentação de caso(s) de violência doméstica:

- 15/07/2021 - Treze pontos na mão e 15 no rosto. As suturas são o saldo das agressões sofridas por um homem trans em Aracaju (SE). Luan Brandão Neto, de 27 anos, foi atacado pelo próprio padrasto, em 3 de julho, mas revelou o caso apenas nesta semana. O agressor está preso. [19]

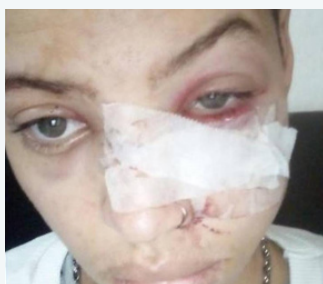


IMAGEM 3 - Homem trans é agredido a golpes de facão pelo padrasto. FONTE: Internet

[19] Jornal O Globo. Homem trans é agredido a golpes de facão pelo padrasto. Disponível: <https://oglobo.globo.com/politica/homem-trans-agredido-golpes-de-facao-pelo-padrasto-em-sergipe-25111682>

- 26/05/2022 - O IBRAT recebeu relato via Instagram acerca de homem trans que foi espancado pela companheira, a vítima em questão tinha recém feito a cirurgia de mastectomia e teve complicações na recuperação. O homem registrou B.O, mas não foi noticiado nas mídias o ocorrido, portanto para sua integridade manteremos seu nome em sigilo.
- 03/03/2021 - Foi esta a violência que fui vítima na madrugada de 03 de março de 2021. Após uma discussão tida por motivos fúteis (por conta de uma configuração na TV box), recebi um soco no rosto do meu padrasto. Para justificar essa agressão, chegou a dizer à minha mãe frases violentas como “sua filha é mulher macho”, “ela poderia ter me socado”. Essa não foi a primeira agressão que sofri do meu padrasto Houve outras falas transfóbicas, como por exemplo, dizer que eu nunca seria homem por não ter pênis, ou me chamar de lésbica (mesmo eu sendo um homem trans assexual, e levando em consideração a vivência de mulheres lésbicas que não se encaixam nos padrões de feminilidade). Além de já ter dito à minha mãe o boato de que havia um aplicativo de celular transformando pessoas em transgêneros. Recorri o sistema de justiça brasileiro e quando apontei que o agressor já havia sido transfóbico em outras ocasiões, o delegado perguntou do que se tratava e, ao tentar explicar, fui interrompido pelo agente da lei perguntando minha genital e sexo. Ou seja, até mesmo dentro desse ambiente, pessoas trans são constrangidas. A alternativa a essa regra, quando existe, é limitada à Delegacia da Mulher, que atende mulheres (sendo trans ou não), travestis e homens trans não retificados (que ainda carregam seu nome de registro e podem não ter o nome e pronomes que escolheram respeitados). Se fosse levado em conta o suposto papel da polícia, o de proteger as pessoas, o tratamento deveria ser oferecido respeitando essa regra, porém sabemos que a polícia não age desta maneira. [20]



IMAGEM 4 - Relato de
Experiência, 2020. FONTE:
Internet

[20] Jornal dos Trabalhadores na Luta Pelo Socialismo. Relato de Experiência, 2020. Disponível: <https://averdade.org.br/2021/12/relato-de-experiencia/>

13 - Você atualmente está

Em resposta às atuais atividades, 34,4% dos participantes afirmaram estar desempregados, enquanto 25,7% estão trabalhando de forma autônoma, 23,4% estão trabalhando com carteira assinada, 8,4% estão estudando/estagiando/recebendo bolsa de pesquisa e 5,4% trabalham como servidor público. A 2,7% dos participantes, essa questão não se aplica.

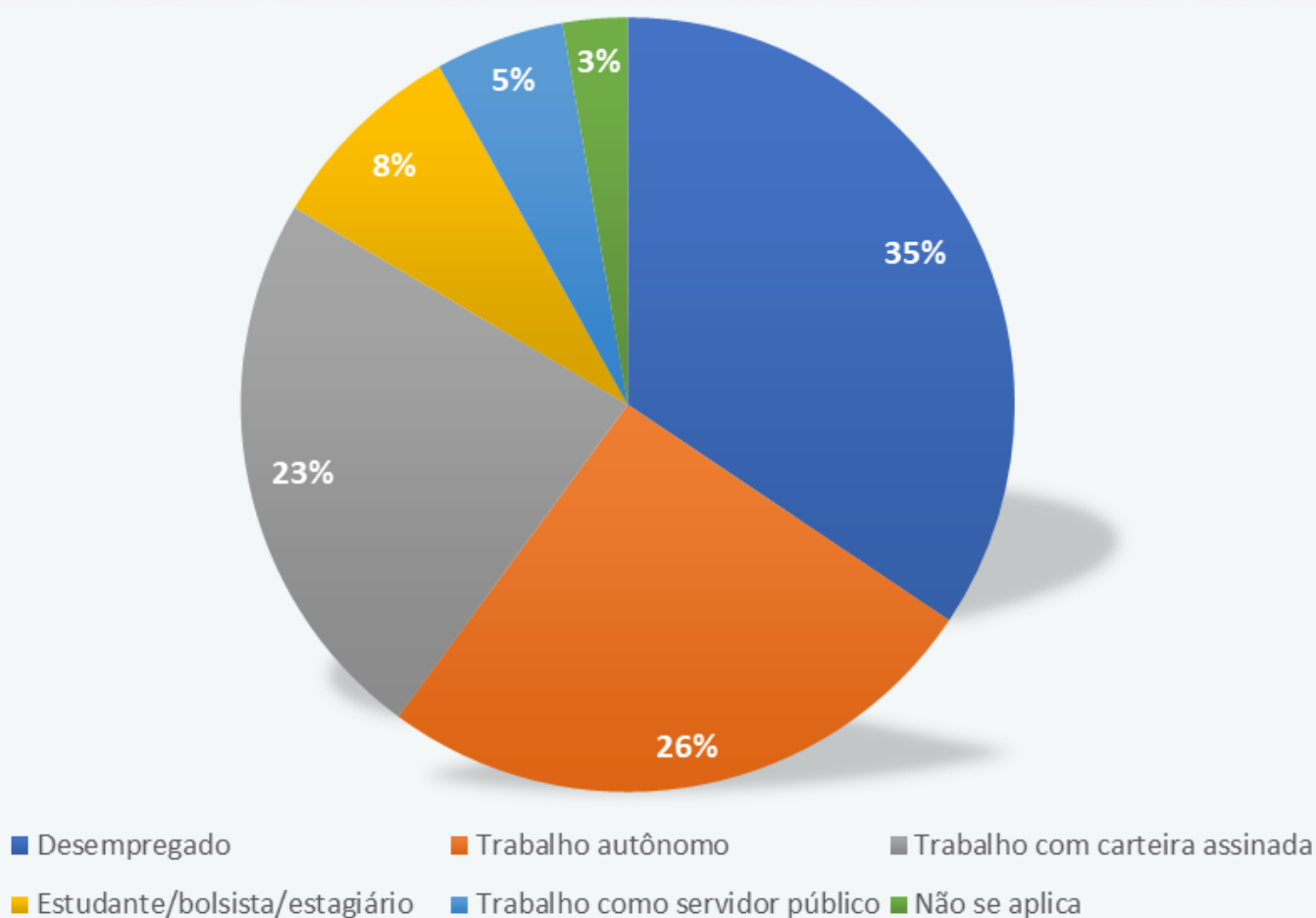


Gráfico 21 - Sobre ocupação. FONTE: IBRAT

14 - Você já sofreu assédio moral e/ou sexual no processo seletivo/entrevista para uma vaga de emprego?

Em resposta a essa questão, 274 (70,4%) afirmaram que nunca sofreram assédio moral ou sexual em processo seletivo/entrevista de emprego, enquanto 84 (21,6%) afirmaram ter sofrido assédio moral e 30 (7,7%), ambos. E 1 (0,2%) pessoa afirmou ter sofrido somente assédio sexual.

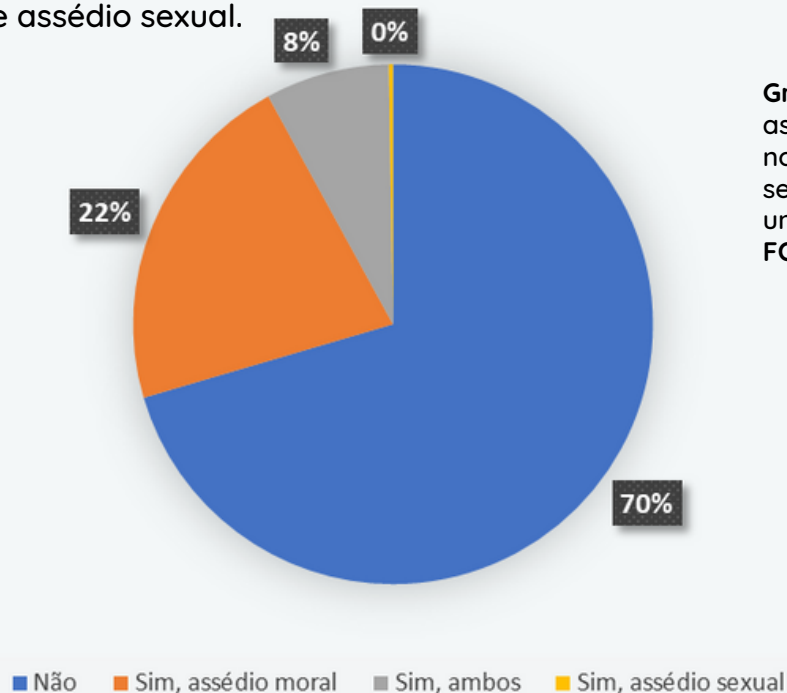
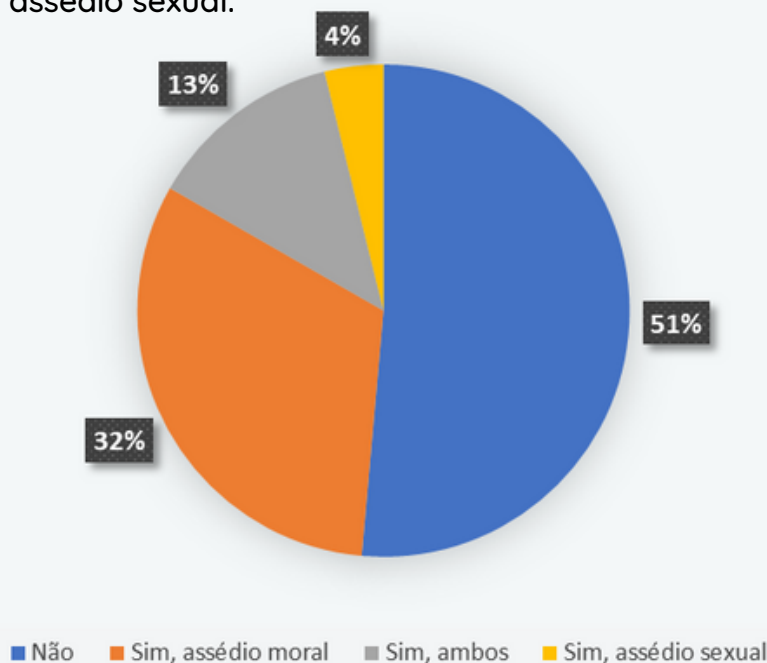


Gráfico 22 - Sobre assédio moral e ou sexual no processo seletivo/entrevista para uma vaga de emprego. FONTE: IBRAT

15 - Você já sofreu assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho?

Em relação a assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho, 200 (51,4%) dizem que não sofreram, enquanto 124 (31,9%) sofreram assédio moral, e 50 (12,9%), ambos. E 15 (3,8%) sofreram somente assédio sexual.

Gráfico 23 - Sobre assédio moral e ou sexual no ambiente de trabalho. FONTE: IBRAT



Apresentação de caso(s) de violência no trabalho:

- 15/04/2022 - Notícia que a Aeronáutica é obrigada a autorizar nome social, corte de cabelo e roupas a um sargento trans, o militar Marcos Salles do Amaral, homem trans, foi impedido de usar seu nome social, assim como roupas e cortes de cabelo masculino. Mesmo já utilizando roupas masculinas em seu trabalho, o sargento alega ter sofrido vários tipos de constrangimentos de colegas e superiores enquanto não é oficializado e institucionalizado a autorização para que se vista em consonância com o gênero masculino. Os registros, documentos e prontuários de Salles foram mantidos como femininos, e ele ainda é obrigado a usar o alojamento das mulheres. (Trecho retirado da matéria) [21]

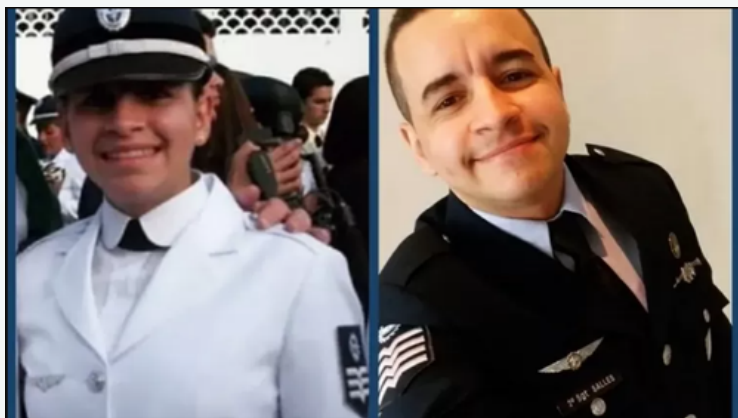


IMAGEM 5 - Primeiro homem trans das Forças Armadas luta por reconhecimento, em 2022. **FONTE:** Internet

- 01/06/2022 - Militar trans ganha na justiça direito de usar roupas e cortes de cabelo masculinos. O terceiro sargento da Marinha, vinha sendo obrigado a usar roupas femininas e máscara para encobrir o bigode. Lucas é terceiro sargento e serve no 1º Distrito Naval no Rio de Janeiro. Ele vinha sendo obrigado a usar trajes femininos e máscara contra a Covid-19 para esconder o bigode, proibido para mulheres, de forma a não sofrer punições disciplinares, mesmo tendo assumido que se considera como homem dentro e fora do trabalho. A juíza Maria Amélia de Carvalho concedeu liminar que obriga a Marinha a permitir que Lucas se vista como os outros homens, mantenha os pelos faciais e garanta que o nome social adotado por ele seja utilizado em todas as situações. [22]

[21] GayBlog. Aeronáutica é obrigada a autorizar nome social, corte de cabelo e roupas a um sargento trans, 2022. Disponível em: <https://gay.blog.br/noticias/aeronautica-e-obrigada-a-autorizar-nome-social-corte-de-cabelo-e-roupas-a-um-sargento-trans/?amp>

[22] Jornal de Alagoas. Militar trans ganha na justiça direito de usar roupas e cortes de cabelo masculinos, 2022. Disponível: <https://www.jornaldealagoas.com.br/nacional/2022/06/01/4003-militar-trans-ganha-na-justica-direito-de-usar-roupas-e-cortes-de-cabelo-masculinos>

16 - Se você é uma pessoa com deficiência, já sofreu algum tipo de preconceito/discriminação direcionado a isso?

Das 389 respostas recebidas, temos que 30 (7,7%) são pessoas com deficiência e já sofreram violência capacitista, enquanto 8 (2,1%) são pessoas com deficiência e não sofreram violência capacitista. Segue o gráfico com os dados absolutos:



Gráfico 24 - Sobre PCDs. FONTE: IBRAT

Apresentação de caso(s) de violência física:

- 13/07/2021 - Um jovem transgênero denuncia ter sofrido agressões físicas e verbais, quando voltava para casa, em Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia. Os crimes teriam sido praticados por um casal, na noite de segunda-feira. “Enquanto ele estava me batendo sozinho, eu estava conseguindo me defender. Mas acabei caindo, porque tenho uma deficiência na perna direita. A esposa dele veio também e eles deram várias tijoladas na minha cabeça”, detalha. De acordo com a vítima, os suspeitos chegaram a invadir a casa onde mora, para continuar com as agressões. [23]

[23] Jornal Voz da Bahia. Homem trans denuncia casal por agressões físicas e verbais. Disponível: <https://vozdabahia.com.br/homem-trans-denuncia-casal-por-agressoes-fisicas-e-verbais-em-vitoria-da-conquista-deram-tijoladas-na-minha-cabeca/>

17 - Você já pensou em cometer suicídio?

48% já pensou em suicídio e chegaram a tentar, enquanto 42,7% chegou apenas a pensar e 9,3% não pensou em cometer suicídio.

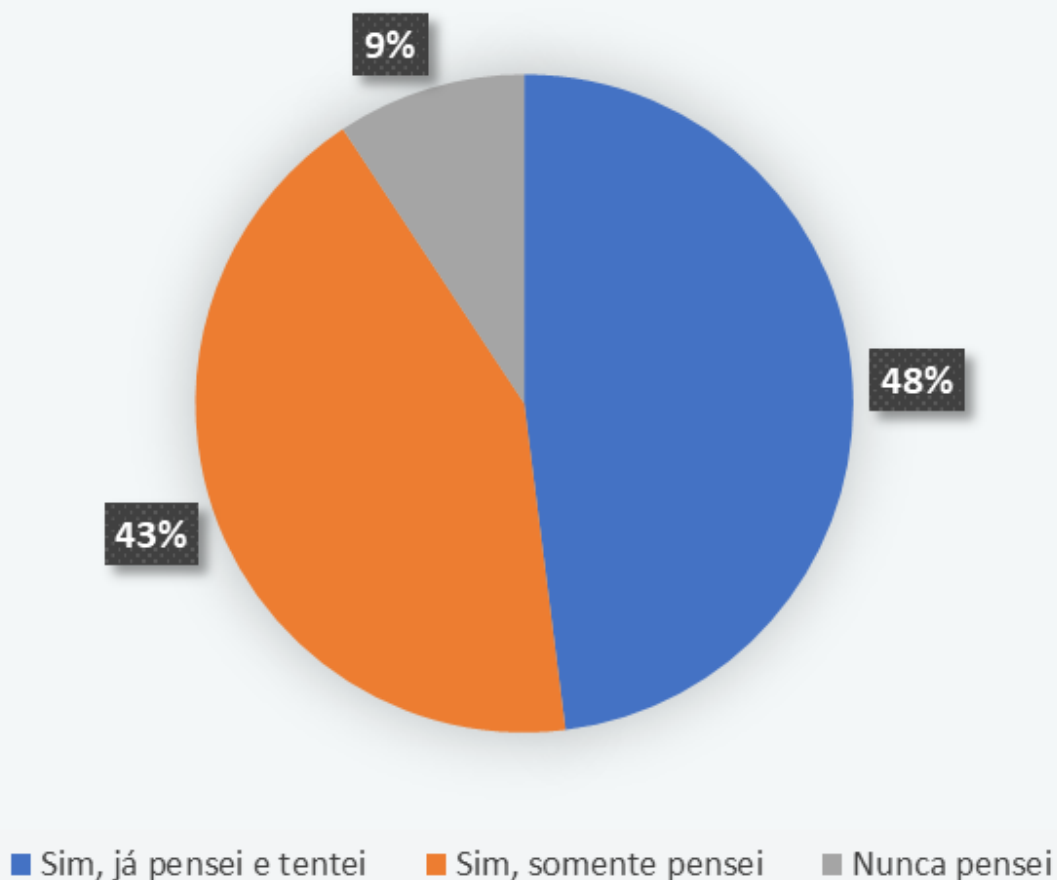


Gráfico 25 - Sobre pensar em suicídio. FONTE: IBRAT

18 - Você acredita que todas as violências que você identificou neste questionário se intensificaram durante a pandemia?

Em relação às violências durante a pandemia, 70% respondeu que sentiu uma intensificação de violências durante o período pandêmico, enquanto 30% afirmou que não.

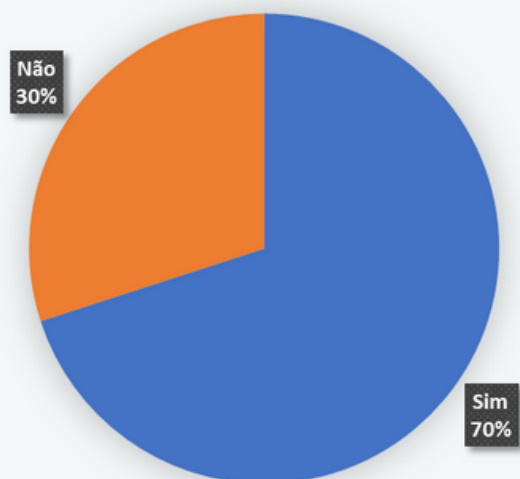


Gráfico 26 - Sobre a pandemia. FONTE: IBRAT

Apresentação de notícias de assassinatos e desaparecimentos:

- 07/09/2019 - Um homem trans de 20 anos teve o corpo arrastado pela rua e foi morto com três tiros na cabeça, na noite de ontem (6) no bairro Pici, em Fortaleza (CE). A polícia acredita que o caso tenha relação com o tráfico de drogas na região, mas não descarta que o crime possa ter ligação com transfobia. O caso está sob investigação do 11º Distrito Policial de Fortaleza. [24]
- 13/03/2022 - Um homem e uma mulher trans foram assassinados no Recife. Os crimes aconteceram na última quinta-feira, 10 de março, nos bairros do Pina e Várzea, zona sul e oeste da capital pernambucana. As mortes representam a continuidade do crescimento deste tipo de crime no estado e despertam um sentimento de alerta e pânico para a população LGBTQIA+, que tem se articulado para cobrar ações concretas e efetivas da Prefeitura do Recife e do Governo de Pernambuco no enfrentamento a violência transfóbica. [25]
- 08/12/2021 - Um transexual foi morto com oito tiros na cabeça por uma dupla de bicicleta em uma rua de Curitiba (PR). A vítima, Andriele Priscila de Melo, tinha 21 anos. Moradores ouviram os tiros e encontraram o corpo do trans, caída, no meio da rua. Testemunhas afirmaram que a vítima caminhava normalmente e foi surpreendida por dois homens, que chegaram de bicicleta. Um deles sacou a arma e atirou em Andriele. [26]

[24] Jornal Uol. Homem trans é amarrado em poste e morto com três tiros na cabeça. Disponível: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/07/homem-trans-e-amarrado-em-poste-e-morto-com-tres-tiros-na-cabeca-no-ceara.htm>

[25] Jornal Marco Zero. Mais dois assassinatos de pessoas trans no recife. Disponível: <https://marcozero.org/mais-dois-assassinatos-de-pessoas-trans-no-recife-geram-protestos-e-cobrancas-ao-governo-e-a-prefeitura/>

[26] Jornal Uol. Homem trans é morto com oito tiros na cabeça. Disponível: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2021/12/14919557-homem-trans-e-morto-com-8-tiros-na-cabeca-por-dupla-armada-que-passava-de-bicicleta-suspeitos-estao-foragidos.html>



IMAGEM 6 - Mais dois assassinatos de pessoas trans no Recife. FONTE: Internet

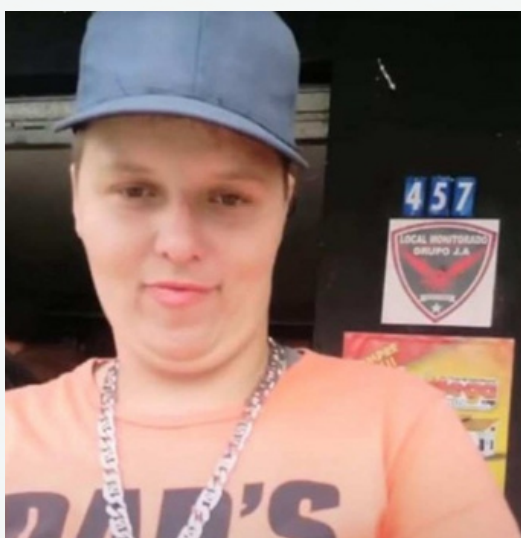


IMAGEM 7 - Homem trans é morto com oito tiros na cabeça. FONTE: Internet

- 01/01/2022 - Em Timon, um homem trans, identificado como Bielzinho Costa, foi morto a tiros dentro de casa. De acordo com a Polícia Militar, dois criminosos, não identificados, invadiram a residência e efetuaram vários disparos contra a vítima. Bielzinho tentou fugir, mas foi atingido e morreu no local. O homicídio ocorreu por volta de 20 horas, no conjunto Miguel Arraes, que fica em Timon. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) chegou a ser acionado, mas a vítima já estava sem vida. O Instituto Médico Legal (IML) fez a remoção do corpo de Bielzinho. A Delegacia de Homicídios investiga o caso, porém ainda não há informações sobre a motivação do crime e até o momento ninguém foi preso. [27]

[27] Jornal Imperatriz Online. Homem trans é assassinado dentro de casa. Disponível: <https://imperatriz.online/2022/01/01/homem-trans-e-assassinado-dentro-de-casa-no-maranhao/>

- 16/12/2021 - Estudante de biomedicina, Camury Rosa de Jesus Amorim tinha 20 anos e era um homem transsexual. Não tinha problema em falar sobre o assunto, se preparava para iniciar o processo de transição de gênero. Não teve tempo. Foi morto a tiros por três homens encapuzados, na madrugada de quarta-feira (15), em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. [28]
- 12/05/2022 - A Justiça acatou a denúncia por homicídio contra um homem suspeito pela morte de Thomas Felipe, 29 anos, homem transexual que morava em São José dos Campos (SP). O Ministério Público chegou a pedir o arquivamento do caso, mas após uma série de protestos e troca do promotor, o caso foi denunciado e o suspeito se tornou réu pelo crime. O caso começou no dia 15 de junho, quando Thomas saiu de casa e não voltou. De acordo com a polícia, eles suspeitam de crime de homicídio, depois de analisarem as trocas de mensagens no celular da vítima. [29]
- 23/03/2022 - O corpo de uma mulher foi encontrado carbonizado na tarde desta quarta-feira (23), em um terreno baldio no município de Conceição do Jacuípe, a cerca de 75 km de Salvador. Segundo a Polícia Civil, a vítima, que não teve a identidade revelada, foi encontrada por moradores no bairro Parque Ouro Verde. O corpo foi levado para o departamento de polícia técnica (DPT) de Santo Amaro para necropsia. (de acordo com relatos colhidos via Whatsapp, se trata de homem trans, segue print colhido via Whatsapp). [30]
- 09/12/2021 - Homem trans têm morte noticiada com pronome errado. “Moradores ouviram os tiros e encontraram o corpo do trans, caída, no meio da rua. Testemunhas afirmaram que a vítima caminhava normalmente e foi surpreendida por dois homens, que chegaram de bicicleta. Um deles sacou a arma e atirou em Andriele.” Segue link da matéria com o erro nas notas de rodapé. [31]

[28] Jornal Metro 1. Morte de homem trans em Camaçari está relacionado à crime de ódio. Disponível: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/116629,morte-de-homem-trans-em-camacari-esta-relacionado-a-crime-de-odio-diz-amiga>

[29] Jornal G1. Justiça acata denúncia contra suspeito de homicídio de homem trans. Disponível: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/05/12/justica-acata-denuncia-contra-suspeito-de-homicidio-de-homem-trans-em-sao-jose.ghtml>

[30] Jornal G1. Corpo de mulher é encontrado carbonizado. Disponível: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/03/23/corpo-de-mulher-e-encontrado-carbonizado-em-terreno-baldio-na-bahia.ghtml>

[31] Jornal Uol. Homem trans é morto com oito tiros na cabeça. Disponível: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2021/12/14919557-homem-trans-e-morto-com-8-tiros-na-cabeca-por-dupla-armada-que-passava-de-bicicleta-suspeitos-estao-foragidos.html>



IMAGEM 8 - Homem trans é assassinado dentro de casa. **FONTE:** Internet



IMAGEM 9 - Corpo de mulher é encontrado carbonizado. **FONTE:** Internet

Apresentação de caso de perseguição e ameaça:

- 16/11/2021 - O músico Lourenzo Gabriel, um homem trans e grávido com 35 semanas de gestão, e sua esposa, Isis Broken, foram vítimas de agressão e transfobia cometidas por um motorista da Uber. Aos poucos, porém, as ofensas verbais ganharam tom de ameaça, levando Lourenzo a tentar saltar do carro – ao fim, o motorista teria parado o carro e afirmado que iria espancar o casal. Em desespero, Lourenzo e Isis então correram na direção de casa, em situação de estresse e esforço que causou mal-estar e quadro de dor extrema no músico, que teve de ir ao hospital e, por sorte, não apresentou maiores problemas nem risco para o bebê. Importante lembrar que Lourenzo se encontra na etapa final da gestação. [32]

[32] Jornal Hypheness. Homem trans grávido é ameaçado e quase agredido por motorista. Disponível: <https://www.hypheness.com.br/2021/11/homem-trans-gravido-e-ameacado-e-quase-agredido-por-motorista-de-uber-assista/>

Apresentação de casos de violência sexual:

- 20/04/2022 - A dor e o trauma são imensuráveis em casos de estupro, e quando existe uma gravidez após o crime, o peso dobra. Agora, imagine a situação de um homem trans (em tratamento hormonal) que é estuprado por um conhecido, esconde a situação por vergonha e medo, e meses depois descobre uma gravidez? Esse é o caso do Sidnei Silva (nome fictício para preservar a vítima) de 20 anos, que recém chegado de Corumbá, e com ânsia de vida melhor, acabou enganado e estuprado em junho de 2019 por quem dizia ser “um amigo”, em Campo Grande. [33]
- 31/03/2022 - Através de análises e confronto de material genético, Samuel Francisco da Silva, de 29 anos, foi preso por 12 crimes de estupro seguido de furto e dois furtos, no município de Abreu e Lima. Por trabalhar como mototaxista, Samuel abordava as vítimas que esperavam em paradas de transporte público durante a noite e madrugada. A vítima mais nova tinha apenas 17 anos, enquanto a mais velha possuía 48 anos, e um homem trans também sofreu estupro. [34]

Apresentação de casos sobre suicídio:

- 22/08/2022 - Um jovem negro transgênero de 21 anos, identificado por Natan Fiorentino, sofreu suicídio. [35]
- 16/03/2022 - O influenciador e policial Paulo Vaz se suicidou, um dia após terem vazado um vídeo do então ex-namorado se relacionando sexualmente com outro homem. Junto ao vazamento do vídeo, ataques e comentários transfóbicos foram enviados para o influenciador e ativista que se suicidou. [36]
- 17/05/2020 - Demétrio como muitos homens trans, transmasculines e não-bináries, teve sua vida tirada no dia 17/05/2020. Sem estatísticas para medir a dor de seus semelhantes, o fez no dia internacional contra a LGBTI+fobia. [37]
- 19/01/2019 - Ares & Soren: casal trans não-binárie morre em São Paulo. O casal trans não-binárie estava vivendo na Praia Grande, litoral de São Paulo, com planos de mudança para o Ceará. Ao que parece não houve tempo. Ambos se suicidaram em um hotel na cidade de Ribeirão Pires, parte do grande ABC. Ares Saturno, ex-brasiliense que escolheu ser paulista, trabalhava escrevendo para o Canaltech Brasil e era um declarado amante das modificações corporais. Soren Neres Denardi tinha acabado de completar 31 anos de idade, foi estudante de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e lutou bravamente na instituição para que as pessoas trans tivessem direito ao uso do nome social. A expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos, a metade quando comparamos com a população cis. [38]

[33] Jornal Repórter MT. Transsexual é estuprado por amigo e engravida. <https://www.reportermt.com/nacional/transsexual-e-estuprado-por-amigo-e-engravida/112642>

[34] Jornal Folha de Pernambuco. Mototaxista que estuprou doze vítimas. Disponível: <https://www.folhape.com.br/noticias/policia-suspeita-que-mototaxista-que-estuprou-12-vitimas-tenha/221770/>

[35] Jornal A Cidade On. Estudantes da UFSCar param em solidariedade à universitário morto. Disponível: <https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/Estudantes-da-UFSCar-param-em-solidariedade-a-universitario-morto-20220823-0009.html>

[36] Jornal Terra. Morte de Paulo Vaz expõe riscos à saúde mental de homens trans. Disponível: <https://www.terra.com.br/nos/morte-de-paulo-vaz-expoe-riscos-a-saude-mental-de-homens-trans,79e10d869993624a22ce4b92774a9c88jnkdu0gn.html>

[37] Demétrio Campos presente! 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/transpoetas/demetrio-campos-presente/>

[38] FRRRKGuys. Ares & Soren: casal trans não-binárie morre em São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.frrrkguys.com.br/ares-soren-casal-trans-nao-binarie-morre-em-sao-paulo/>

Apresentação de casos de violência psicológica/simbólica e apagamento histórico:

- 28/05/2022 - Eu, por exemplo, já fui prestigiar inúmeros(as) artistas na Virada Cultural e estive pacientemente esperando um momento para apresentar meu trabalho como artista que vive nessa cidade há mais de 45 anos. Assim que saiu o edital, me inscrevi, mas a burocracia não ajuda muito. E o que vejo, enquanto Homem Trans, é que não temos espaço para trabalho nesse evento. Não temos. Nós estamos aqui, existimos para trabalhar na parte de manutenção de palco, como produção, luz, som, mas também somos artistas LGBTQIA+ que têm uma história. Somos cantores, atores, diretores, circenses, escritores, performers e muito mais. E onde estamos? Em lugar nenhum. Homens e mulheres trans, travestis e transvestigêneres praticamente não estão nessa programação. [39]
- 25/05/2022 - Utilizado por pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, o Tinder vêm sendo acusado por usuários de não oferecer o mesmo tipo de tratamento para todos. A Agência Pública ouviu relatos de pessoas trans que teriam sido banidas do Tinder por um único motivo: transfobia. Estas exclusões estariam ocorrendo de forma compulsória, segundo os relatos, há pelo menos seis anos no Brasil, sem que a plataforma esclareça o motivo do bloqueio ou dê a chance da usuária ou do usuário apresentar algum tipo de defesa antes de ser banida. As pessoas ouvidas pela Pública relataram que foram excluídas automaticamente do aplicativo porque tiveram seus perfis denunciados por vários usuários apenas por suas identidades de gênero. Isso acontece porque o algoritmo do aplicativo permite a exclusão automática de um perfil que receba muitas denúncias. [40]

25/05/2022 - Miguel Soares, 23, é uma pessoa trans não-binária (que se identifica pelos pronomes neutros elu/delu ou ele/dele). Após começar a terapia hormonal, decidiu realizar a mastectomia. Ele relata que a falta de informação e o tempo de espera na fila do SUS lhe causavam transtornos na saúde física e mental. "Não recebi nenhum amparo de qual lugar da fila eu estava, ou se iria fazer ou não a cirurgia", diz. Também ele foi obrigado a se identificar como homem trans para dar prosseguimento ao processo: "Fiz alguns exames de sangue e conversas com um psiquiatra e uma psicóloga. Depois dessas conversas, eles fizeram uma entrevista e me deram o laudo [de que estava apto para a cirurgia]", conta Miguel, que precisou se identificar como homem trans na época por questões burocráticas." [41]

[39] Jornal COA Uol. Onde estão os artistas trans na virada cultural de SP. Disponível: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaoo/2022/05/28/onde-estao-os-artistas-trans-na-virada-cultural-de-sp.htm>

[40] Jornal My News. Tinder faz campanha contra LGBTfobia mas continua a banir perfis de pessoas trans. Disponível: <https://canalmynews.com.br/tecnologia/tinder-faz-campanha-contra-lgbtfobia-mas-continua-a-banir-perfis-de-pessoas-trans/>

[41] Jornal Terra. Pessoas trans relatam demora para cirurgia. Disponível: <https://www.terra.com.br/nos/pessoas-trans-relatam-demora-para-cirurgia-de-redesignacao-sexual,da6a623e962e1ce8793d67d0069441d5xs93zk10.html>



IMAGEM 10 - Pessoas trans relatam demora para cirurgia. FONTE: Internet

- 04/02/2019 - O programa Fantástico produz violência e apagamento ao noticiar morte de homem trans da seguinte forma: “Caso de mulher que se passou por homem durante toda vida é destaque no Fantástico”. [42]

[42] Jornal Fantástico. Caso de mulher que se passou por homem durante toda vida é destaque no Fantástico. Disponível: <https://globoplay.globo.com/v/7353247/>

CONCLUSÃO

Este é um trabalho realizado por muitas mãos, diante da ausência de dados sobre uma população profundamente invisibilizada. A falta de dados sobre as transmasculinidades faz parte de um apagamento proposital, uma vez que não há dados oficiais sobre corpos não cisgêneros, não há interesse em pensar políticas públicas que atendam nossa população. Assim, ano após ano, o Brasil segue sendo o país que mais mata pessoas trans, fazendo com que haja um verdadeiro extermínio contra a nossa população, que segue sendo desrespeitada tanto em vida como postumamente.

Diante a lamentável situação em que a população transmasculina brasileira se encontra, apresentamos o Observatório Anderson Herzer: das Violências, Mortes e Suicídios contra as Transmasculinidades. A construção do Observatório se deu a partir de óticas que buscaram considerar raça/cor/etnia, corporalidades, sexualidades, destaque territorial. O mapeamento foi realizado a partir de perguntas abertas e fechadas, disponibilizadas por meio de formulário online divulgado em plataformas midiáticas como Instagram, Facebook, Twitter e grupos de Whatsapp, juntamente com uma pesquisa paralela sobre notícias de violências.

Na seção socioeconômica, a primeira pergunta sobre a autodeclaração étnica/racial indica que, das 389 respostas, 61,2% são de pessoas autodeclaradas brancas, o que nos leva a refletir sobre o poder de alcance desse mapeamento, em que cor/raça/etnia, classe social e faixa etária são fatores que devem ser levados em consideração na análise dos dados, refletindo sobre quais pessoas conseguem ter acesso ao questionário utilizado para fazer o mapeamento, já que a maioria das respostas coletadas foram de jovens adultos. Isso nos diz que a amostra, embora traga dados importantes a respeito da população transmasculina, ainda está longe de retratar suas vivências num país de dimensões continentais como é o Brasil.

Quanto à espacialidade dos dados, é importante salientar que a maioria das respostas estão localizadas na Região Sudeste. E quanto à zona residencial, 89,2% residem em área urbana. O respeito ao nome social ainda não é algo concreto para quase metade dos que responderam ao questionário. Sobre o uso do banheiro, a “passabilidade” é algo que influencia no tipo de banheiro usado, fazendo com que a maioria não use o banheiro de acordo com sua identidade de gênero.

No que tange às violências sofridas, destacam-se o preconceito por identidade sexual e muitos casos de abordagem policial. Os espaços em que mais sofrem violência revelam que a violência doméstica, seguida da violência familiar, é constante na vida de pessoas transmasculinas.

Isso nos leva a refletir sobre o conceito de lugar, que diz respeito a um espaço em que se possui uma relação de pertencimento, de identidade, de acolhimento. Frente a tantos casos de violência doméstica, qual o lugar das pessoas transmasculinas? Qual o espaço em que podemos criar relações afetivas que nos protejam das violências cotidianas?

Como já mencionado, estamos cientes de que os dados trazidos neste relatório não dão conta de abranger toda a população transmasculina no Brasil, por conta das dificuldades de acesso à internet, às mídias e redes sociais em que o questionário esteve disponível, entre outros fatores socioespaciais. De todo modo, nosso objetivo foi produzir um mapeamento incipiente, que almejamos ser o primeiro de muitos, para elaborar uma fonte de dados frutífera sobre nossa população no Brasil. Transmasculines existem e precisam ter sua identidade reconhecida, inclusive como categoria política.